

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BERNARD GOULART PRIETTO

Entre Rejeitados e Separados: o movimento estudantil no *Correio do Povo*. Uma análise do discurso sobre os “problemas estudantis” no Rio Grande do Sul (1968 -1969)

PORTO ALEGRE

2011

BERNARD GOULART PRIETTO

Entre Rejeitados e Separados: O movimento estudantil no *Correio do Povo*. Uma análise do discurso sobre os “problemas estudantis” no Rio Grande do Sul. 1968 -1969

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof.^a Cybele Crossetti de Almeida

Porto Alegre

2011

P9499e Prietto, Bernard Goulart

Entre rejeitados e separados : o movimento estudantil no Correio do Povo : uma análise do discurso sobre os “problemas estudantis” no Rio Grande do Sul (1968-1969) / Bernard Goulart Prietto. – Porto Alegre, 2011.

64 f. : il.

Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Porto Alegre, BR-RS, 2011. Orientadora: Prof^a Cybele Crossetti de Almeida.

1. História. 2. Movimento estudantil. 3. Análise do discurso. 4. Correio do Povo (jornal). 5. Ditadura militar. I. Título.

CDU 981

Catálogo na publicação: Júlia Angst Coelho – CRB 10/1712

“Agora: o tudo que eu conto, é porque acho que é sério preciso.”

Riobaldo – Grande Sertão Veredas

ÍNDICE

RESUMO	4
AGRADECIMENTOS.....	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: O CORREIO DO POVO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	10
1.1 O CORREIO DO POVO.....	10
1.2 DAS FORMAS DE RECEPÇÃO DO CORREIO DO POVO PELA SOCIEDADE.....	12
1.3 IMPARCIALIDADE, CREDIBILIDADE E VERDADE.....	15
1.4 O MOVIMENTO ESTUDANTIL ORGANIZADO.....	18
CAPÍTULO 2: MOVIMENTO ESTUDANTIL E IMPRENSA.....	22
2.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	22
2.2 O “PROBLEMA ESTUDANTIL”	25
2.3 IMPRENSA E HISTÓRIA.....	27
2.4 A ANÁLISE DO DISCURSO.....	30
2.5 DOS PROCEDIMENTOS DE EXCLUSÃO E CONTROLE DO DISCURSO.....	32
CAPÍTULO 3: ENTRE REJEITADOS E SEPARADOS.....	36
3.1 AS INTERDIÇÕES E OS INTERDITADOS.....	36
3.2 A SEPARAÇÃO DAS GERAÇÕES E OS REJEITADOS DO DISCURSO: UMA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE.....	42
3.3 1969, AINDA OS “PROBLEMAS ESTUDANTIS”	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	51
BIBLIOGRAFIA	54
ANEXOS.....	57

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como e que significados foram atribuídos, pelo jornal *Correio do Povo*, aos movimentos estudantis que participaram do debate sobre os “problemas estudantis” entre os anos de 1968 e 1969. Dessa forma, o trabalho também procura entender como se dá a ação dos meios de comunicação na sociedade e qual foi o papel do *Correio do Povo* na conjuntura da época. Ao se desenvolver uma análise do discurso, partindo dos conceitos de teóricos como Foucault, percebeu-se que o discurso jornalístico do jornal produz sentidos e significações que interditam e controlam o discurso produzido pelos movimentos estudantis. Percorrendo diversos acontecimentos que marcaram o ano de 1968, é possível perceber o desenvolver de procedimentos que, em menor ou maior grau, excluem ou controlam o poder de discurso dos movimentos estudantis ao lhes atribuir diferentes sentidos. Nesta lógica, concluiu-se que, alinhado aos interesses do governo militar, o jornal *Correio do Povo*, deslegitima os movimentos estudantis através dos sentidos atribuídos pelo posicionamento político, e pelo caráter de juventude dos estudantes, interditando o discurso de uns e controlando o de outros.

Palavras – chave: Análise do Discurso, Correio do Povo, Movimento estudantil, Ditadura Militar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero dirigir meus agradecimentos aos professores que me auxiliaram na pesquisa e que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço aos professores Vanderlei Machado, Cybele Crossetti de Almeida, Benito Bisso Schmidt e Carla Simone Rodeghero por suas imensas contribuições.

Outro importante agradecimento, o qual se faz na forma de um protesto silencioso, é ao Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa por disponibilizar as fontes para o meu trabalho. Infelizmente o acervo do museu enfrenta condições de preservação muito precárias revelando o descaso do governo do Estado para com a manutenção do museu.

Obrigado, também, à minha família pelo apoio oferecido durante estes anos de faculdade, aos meus amigos e colegas, em especial Alessandro e Thiago, que auxiliaram nas correções, dicas e discussões. À minha turma 2006/1 e sua formação hoplítica para os estudos. E agradeço, imensamente, à Renata Einsfeld por ter me aturado e ajudado durante o tempo de produção deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Antes de quaisquer outras explicações, deve-se afirmar que este trabalho versa - para além dos Movimentos estudantis, dos problemas educacionais e dos acontecimentos da década de 1960 - sobre um jornal, o *Correio do Povo*. Este trabalho constitui-se, portanto, de uma iniciativa de análise histórica deste meio de comunicação, pensando como era sua ação na sociedade através de seu discurso midiático. E, embora o trabalho parta de conceitos da análise do discurso, de Michel Foucault, o próprio não deixa de ser um discurso construído acerca do jornal.

O trabalho tem por objetivo analisar como e que significados foram atribuídos, pelo jornal *Correio do Povo*, aos movimentos estudantis que participaram do debate sobre os “problemas estudantis” entre os anos de 1968 e 1969. Porém, o trabalho não se detém em pensar apenas o movimento estudantil, mas também, os outros sujeitos inseridos no debate, dentre eles, o governo e o próprio jornal. Como o Movimento estudantil universitário é apresentado no jornal, no ano de 1968, e que mudanças ocorrem no discurso jornalístico sobre este movimento, no ano de 1969? Quais são as especificidades do Movimento Estudantil universitário gaúcho, e as principais características do “problema estudantil” no Rio Grande do Sul?

Primeiramente, é preciso pensar na fonte do trabalho, o jornal *Correio do povo*, e nas possibilidades deste meio de comunicação para a história, assim como, entender o papel que este jornal ocupava na sociedade gaúcha. Para isso, é necessário refletir de que forma o *Correio do Povo* se constituiu como o principal jornal sul-rio-grandense da época, por quem era formado e por quais pensamentos; e, a partir destas perspectivas, analisar o *Correio do Povo* e os acontecimentos envolvendo o movimento estudantil através de seu discurso jornalístico. Conseqüentemente, é preciso pensar no papel e na história do movimento estudantil e sua relação com o jornal. Para isso, entendo o movimento estudantil como um movimento social, com formas de ação e funcionamento que, também, serão trabalhadas.

Em um segundo momento, deve-se definir o conceito de “problema estudantil”, o qual se configura como uma categoria usada pelo *Correio do Povo* e servirá para análise do discurso jornalístico. Como procurarei demonstrar ao longo deste trabalho, este termo aparece nas reportagens do jornal e representa, genericamente, um conjunto de acontecimentos e questionamentos com relação ao sistema educacional e o movimento estudantil brasileiro. Dentre estes acontecimentos está o problema dos excedentes, a falta de verbas para as

universidades e demais setores do ensino, assim como os movimentos de protesto dos estudantes em relação aos diversos problemas e reivindicações.

Dessa forma, o jornal acabava expressando, em seus artigos, um debate social no qual estavam em disputa os caminhos e soluções a serem tomados para sanar os problemas da educação nacional. Neste sentido, é possível perceber o movimento estudantil, com suas ações e protestos, como o agente gerador de todo este debate na sociedade. Porém, estas manifestações são igualmente consideradas pelas autoridades e pelo *Correio do Povo*, como parte do “problema estudantil“. Portanto, é preciso, em um terceiro momento, pensar o papel do movimento estudantil como movimento social, ou seja, agente gerador das demandas, ator social em disputa no debate e, também, como elemento integrante do problema. É importante afirmar que este trabalho pretende analisar somente os problemas ligados a educação superior e o movimento estudantil universitário. Devido ao pouco tempo e a grande quantidade de documentos, sobre a conjuntura do “problema estudantil” em seus diversos níveis (primário, secundário e superior), uma análise do todo dificultaria, neste momento, o desenvolvimento do trabalho. Partindo, dessa forma, dos principais conceitos teóricos que delineiam o trabalho pode-se pensar na questão que o motiva: *Como o jornal Correio do Povo desenvolve o debate sobre o “Problema Estudantil”, no Rio Grande do Sul nos anos 1968 e 1969, e que sentido promove o seu discurso jornalístico acerca do Movimento estudantil, o principal ator social em debate?*

Para desenvolver o trabalho, se fez uma pesquisa e seleção dos artigos jornalísticos do *Correio do Povo* sobre os “problemas estudantis”, do ano de 1968 e 1969. Este recorte temporal foi escolhido por ser um período de grande representatividade dentro do debate sobre os “problemas estudantis”. O ano de 1968 é o clímax do debate, quando as principais forças de atuação, movimento estudantil e regime militar, estão em maior conflito. Entretanto, também é o ano do recrudescimento do regime militar com o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Conforme Marcelo Ridenti, em sua obra *O fantasma da Revolução Brasileira*, o AI-5 promove o fechamento total e uma repressão bem mais forte que o período anterior, desarticulando e derrotando o movimento estudantil. Em 1969, houve tentativas de mobilização, principalmente através da UNE, mas sem grande mobilização (RIDENTI, 1993, p.124-132). Fica, neste sentido, uma pergunta: a derrota do movimento estudantil significou o fim da questão estudantil no jornal? O movimento estudantil realmente acaba após o AI-5?

O trabalho de Ridenti se refere apenas ao movimento estudantil de esquerda, enquanto que outros trabalhos apresentam um movimento estudantil dividido entre os apoiadores do governo e opositores. Um exemplo é a dissertação de mestrado de Bruna Neves Alves, “*O Visível e o Invisível do Movimento estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964 – 1968)*”, que aponta estas especificidades no movimento estudantil gaúcho. Alves afirma haver uma divisão dentro do estudantado do Rio Grande do Sul, composto por dois movimentos antagônicos: os situacionistas e os opositoristas (ALVES, 2004: 9). Uma análise sobre as fontes, nos revela um exemplo dessas diferentes faces do movimento estudantil. No *Correio do Povo* de nove de janeiro de 1968, é possível ver uma reportagem apresentando uma nota do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE-RS), onde estas entidades se mostram a favor da criação da Comissão Meira Mattos, diferente do posicionamento de diversas entidades estudantis de outros estados brasileiros. As entidades defendiam, assim, as propostas do governo¹. Em contraposição, outra notícia do dia vinte e dois de março de 1968, apresenta a possibilidade de dissolução do diretório acadêmico da Universidade de Caxias do Sul; isto ocorreria em função do diretório ter distribuído panfletos aos calouros que criticavam os acordos MEC-USAID e o governo anti-democrático². Esta situação revela parte da complexidade deste debate, no qual ambos os movimentos produziam protestos e críticas ao governo, e suas posições políticas resultaram em tratamento diferenciado pelos jornais da época. Cabe, portanto, neste trabalho, analisar o sentido produzido pelo discurso jornalístico sobre os diferentes sujeitos em debate, pensando qual é o seu papel desse discurso no debate durante o ano de 1968 e no pós AI-5.

Por essa razão, optou-se pelo recorte destes dois anos: o ano de 1968 seria o momento de maior força nos debates sobre o problema estudantil, no qual todos os atores estão em ação; enquanto o ano de 1969, a continuação deste debate, sem um dos seus principais agentes, o movimento estudantil de esquerda. Ou haveriam continuidades do movimento de esquerda? Que sentidos são atribuídos ao movimento estudantil de direita e o de esquerda no decorrer dos dois anos?

Após desenvolver a contextualização do *Correio do Povo* e do movimento estudantil, nos eventos da época e a explanação conceitual básica dos elementos que compõem este trabalho, se desenvolverá a análise do discurso contido nas reportagens recolhidas do Jornal.

¹ CORREIO DO POVO nº81 - 09.01.1968 p. 11 seção Casas de ensino.

²CORREIO DO POVO Nº142 - 22.03.1968 p.11 – Casas de Ensino.

Os conceitos teóricos e metodológicos utilizados para a análise são os propostos na obra *A Ordem do Discurso* de Michel Foucault e que serão mais bem detalhados no capítulo específico de análise. Cabe apenas afirmar que esta análise servirá para refletir sobre o papel deste jornal na sociedade da época, e os sentidos produzidos pelo seu discurso jornalístico com relação aos “problemas estudantis” e os atores em disputa neste debate.

CAPÍTULO 1: O CORREIO DO POVO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

O desenvolvimento do jornalismo moderno no Rio grande do Sul está diretamente ligado ao nome do jornal *Correio do Povo*. (Rüdiger, p 77)

Neste primeiro momento é preciso contextualizar os dois principais objetos do trabalho, o jornal *Correio do Povo* (CP) e o Movimento Estudantil (ME). Pretendo analisar suas trajetórias históricas e sua participação dentro da sociedade da década de 1960. Portanto, neste capítulo, dissertarei sobre como *Correio do Povo* e o Movimento estudantil estiveram inseridos nas discussões e movimentos sobre o “problema estudantil”, e como era a recepção da sociedade acerca do jornal e do movimento estudantil durante os anos de 1960.

1.1 O CORREIO DO POVO

O *Correio do Povo* era, na década de 1960, o mais importante jornal do Rio Grande do Sul, alcançando seu auge na década de 1970, quando foi apontado como o jornal com maior rentabilidade entre os diários nacionais, tendo cerca de 93 mil assinaturas pagas³. Essa importância não se dava apenas com relação ao lucro, mas também pelo papel histórico desempenhado e pela apropriação que as pessoas fizeram deste jornal.

O Jornal *Correio do Povo* começa sua trajetória histórica no ano de 1895, e representou um rompimento na forma de fazer jornalismo para a época. Francisco Rüdiger afirma, em sua obra *Tendências do Jornalismo*, que no século XIX e início do XX, os jornais tinham por característica a forte defesa de ideais político-partidários e serviam como órgãos de convencimento e propaganda das diferentes ideologias. Neste contexto, o *Correio do Povo* nascia e apresentava-se como um dos primeiros jornais brasileiros ditos neutros e, de acordo com o discurso de seu fundador⁴, serviria ao povo e não a facções políticas. Dessa forma, o jornal publicaria os acontecimentos de forma imparcial e racional, sem as influências das

³ Dados apontados pela revista Exame, em 1972, citados por Machado, 1987: 8

⁴ Caldas Júnior afirma no editorial do dia 1º de outubro de 1895 que “o *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinando os seus intuítos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente.”

paixões políticas. Rüdiger caracteriza esta posição como jornalismo noticioso, tendo por foco informar sobre os acontecimentos e não a defesa de ideais políticos. O editorial, escrito por Francisco Caldas Júnior, da primeira edição do jornal de 1895, apresenta esta proposta:

O Correio do Povo será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo a feição característica dos jornais modernos e só subordinando os seus intuitos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente. [...] Independente, nobre e forte – procurará sempre sê-lo o Correio do Povo, que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna. [...] Emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, procurará esclarecer imparcialmente a opinião, apreciando com isenção de espírito os sucessos que forem desenrolando e os atos dos governantes, para censurá-los quando reprováveis, para aplaudi-los quando meritórios. (Correio do Povo 01-01.10.1968 p.1)

Esse discurso de imparcialidade será continuamente retomado pelo jornal no decorrer de sua história, e acaba por se tornar a marca do jornalismo do século XX. Para Rüdiger esta era a principal marca empresarial do *Correio*, já que “Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais” (RÜDIGER, 2003: 80).

Esse discurso de neutralidade era tão importante no momento de sua criação, de forma a apresentar esta proposta para o público leitor, que o jornal acabou expressando-o em seu corpo, suas folhas tinham uma coloração rosa dando-lhe o apelido de o “Róseo” (FRAGA, 2004: 17). De acordo com Fraga, essa característica era parte do contexto no qual o *Correio do Povo* nasceu. Visto que o jornal é criado dois anos após o término da Revolução Federalista, “encontrando-se o estado em um momento onde os ânimos políticos que dividiram o Rio Grande do Sul no final do século XIX ainda se encontravam exaltados” (FRAGA 2004: 17). A revolução federalista de 1893 havia sido uma disputa entre duas facções políticas marcadas por lenços com cores diferentes, um branco e o outro vermelho, os Pica-paus (Republicanos e governistas) e os Maragatos (Federalistas e oposicionistas), respectivamente. Por esta razão, o *Correio do Povo* nasce rosa, para mostrar em sua integralidade seu caráter neutro e imparcial.

Para além do discurso de neutralidade, Rüdiger afirma que a principal inovação do *Correio do Povo* está no seu caráter empresarial. Diferente dos “pequenos negócios entre tipógrafos, jornalistas e comerciantes, geralmente de caráter diletante para seus financiadores”, o *Correio do Povo* é o primeiro jornal a se propor como um empreendimento “com finalidade lucrativa declarada e manifesta, cujos rendimentos eram reinvestidos capitalisticamente no próprio negócio” (RUDIGER, 2003: 72). O jornalismo ligava-se,

assim, progressivamente ao desenvolvimento do capitalismo. A lógica de reinvestimento dos lucros no próprio negócio possibilitou a melhoria gráfica dos periódicos e a produção de tiragens cada vez maiores, elevando o *Correio do Povo* ao status de maior jornal do Rio Grande do Sul ainda na década de 1930 (RÜDIGER, 2003: 76). As características de jornal noticioso, com um discurso de informar imparcialmente e calcado sob uma organização capitalista-empresarial, são os critérios para o que Rüdiger irá chamar de Jornalismo Informativo Moderno, constituindo, assim, o (RÜDIGER, 2003: 77) caráter de todos os principais jornais brasileiros do séc. XX.

1.2 DAS FORMAS DE RECEPÇÃO DO CORREIO DO POVO PELA SOCIEDADE

O nascimento do jornal *Correio do Povo* é emblemático, tanto pelo seu significado, quanto pelo seu caráter inovador, e é importante pensar na recepção que os leitores faziam deste jornal principalmente durante o período estudado. Com o passar das décadas, o *Correio do Povo* foi se firmando como o maior jornal do Rio Grande do Sul, e as décadas de 1960 e 1970 marcam sua supremacia como força política e de influência social. Esta é a posição apresentada por Walter Galvani em sua obra *Um Século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Galvani foi repórter, redator e diretor do *Correio do Povo*, e sua obra tem um formato de reportagem investigativa, que por alguns momentos apresenta-se quase como um romance⁵. No entanto, este se configura num importante relato para pensarmos nas diferentes formas de apropriação do jornal pela sociedade da época.

O autor trabalha principalmente com a figura de Breno Caldas, chefe e dono do Jornal *Correio do Povo*. Para Galvani, Breno era tímido e de hábitos simples e que, devido a esta natureza, era o que menos explorava o poder do jornal. No entanto, eram muitos os que se aproveitavam deste poder sensibilizando políticos e administradores. Porém, a descoberta do desfrute de tais vantagens era punida com severidade pelo chefe. (GALVANI, 1995: 380)

Os homens que chegavam ao poder no Estado e no País aprenderam logo a prática lição de Ernesto Dorneles e Getúlio Vargas. Para estar bem com o Rio Grande, era preciso estar bem com o *Correio do Povo*. Para estar bem com o Correio, era preciso

⁵ A figura de Breno Caldas, no livro de Galvani, beira em certos momentos ao ideal de homem bom, simples e sábio. Ele tem muitas qualidades e alguns poucos defeitos.

estar bem com Breno Caldas. Para estar bem com Breno Caldas, era preciso reverenciá-lo nas ocasiões apropriadas e, de preferência, nunca dizer-lhe não. (GALVANI, 1995: 380)

Dessa forma, qualquer autoridade somente sentia-se melhor depois que eram recebidos no Salão Nobre da rua Caldas Júnior (GALVANI, 1995: 382). De acordo com Galvani, além de ser tímido e humilde, Breno também era generoso, pois este sabia reconciliar-se com os antigos desafetos. Breno *“procurava não ser injusto, mas, sabia-o bem, muitas vezes o era. Tomando atitudes discricionárias ou apoiando movimentos políticos. Como quando incorporou declaradamente o Correio e toda a empresa ao movimento militar de 1964”* (GALVANI, 1995: 383-384). No livro *Breno Caldas: Meio Século de Correio do Povo, Glória e agonia de um grande jornal*, é possível constatar esta relação entre o jornal, Breno e os políticos. O livro é o relato das diversas entrevistas promovidas pelo jornalista José Antonio Pinheiro Machado com Breno Caldas acerca de sua vida dentro do jornal. Perguntado sobre sua influência e poder político Breno Caldas respondeu que:

Eu posso dizer, sem imodéstia, que eu era uma das figuras aqui do Rio Grande...Eu era consultado...Pelo menos era considerado... As pessoas que decidiam, sempre queriam saber: o que será que o Correio pensa? O que será que o Correio vai fazer? (MACHADO, 1987: 26)

Pensar nesta apropriação que os políticos faziam do jornal é importante, pois também é pensar na recepção dos leitores. Político que ganhava visibilidade no jornal e, nos termos de Galvani, *“estava bem com o Correio do Povo”* era político de credibilidade com seu público eleitor. Essa relação entre o jornal e políticos parece incomodar Breno Caldas, quando lhe é perguntado se nunca teve simpatias ou preferências político-partidárias, a sua resposta acaba por ser bastante evasiva, afirmando-se cético com relação a políticos e à política. Em tom inconformado, ele afirma que todos os políticos são safados e *“a gente começa a conhecer os homens, vê como eles bajulam para aparecer, como tentam usar o jornal em seu benefício”* (MACHADO, 1987: 22-23). No entanto, quando Pinheiro Machado lhe pergunta sobre sua posição, em 1964, como revolucionário de primeira hora, Breno responde:

A revolução de 1964, de um certo modo, contou com nossa participação, ou pelo menos com nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – nós não tínhamos ligação política com ninguém - , mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho. (MACHADO, 1987: 78)

Mas não só de simpatias políticas era feito o jornal; grandes foram os choques que o Correio do Povo teve com políticos. Rüdiger cita o conflito entre o governador Flores da Cunha e o jornal, na década de 1930, e o apoio financeiro do Correio à campanha de Getúlio Vargas em

1929 (RUDIGER, 2003: 85). Porém, a relação entre o *Correio do Povo* e os políticos Brizola e Jango tem maior relevância para este trabalho, visto que estes serão o exemplo da política demagógica tão criticada pelo jornal no pós golpe de 1964.

Galvani descreve um pouco desta relação em seu livro, e afirma que durante o movimento da Legalidade em 1961, o jornal *Correio do Povo* não tomou posição a favor de João Goulart. A rádio Guaíba foi “requisitada” por Brizola através de um telefonema: “ *Dr. Breno, quero avisá-lo que eu resolvi encampar a Rádio Guaíba. Já ocupei os transmissores lá na ilha e vou ocupar agora aqui no centro, e quero dar-lhe conhecimento disso*”(GALVANI, 1995: 407). Breno somente aceitou, depois de certa resistência e longa discussão, com a condição de que o governo do Estado emitisse um ofício explicando a situação e isentando Breno Caldas de quaisquer conseqüências. É nesta perspectiva de acontecimentos, que os ânimos entre Brizola e Breno Caldas foram se esquentando. Após a campanha da Legalidade, Brizola atacava os “donos do poder”, através de sua participação semanal na Rádio Farroupilha, enquanto que a Caldas Júnior contra-atacava com as falas e artigos explosivos de Arlindo Pasqualini, na primeira página da Folha da Tarde. Até que, no dia 28 de setembro de 1963, algum anônimo colocou uma bomba na casa de Breno Caldas. Este, assustado, respondeu ao atentado com um artigo, no editorial do *Correio do Povo*, em 1º de outubro de 1963 (GALVANI, 1995: 409). Assim “*a Caldas Júnior fortalecia suas posições e se preparava para chegar, junto com grandes parcelas da população, à definição política de 64*” (GALVANI, 1995: 410).

Breno era “amigo” de João Goulart, pois eram parecidos, gostavam da criação de cavalos e, além disso, Breno havia vendido um automóvel Mercury para Jango, sem nem passar os papéis. No entanto, isto não impediu que a “*atração ideológica levasse a Cia. Caldas Júnior para o âmbito do golpe militar de 31 de março de 1964. A empresa definiu-se, logo no primeiro momento, e uma vez mais pondo de lado uma suposta e histórica imparcialidade, o Correio do Povo (e seus afluentes) apoiou a então batizada ‘Revolução Redentora’*” (GALVANI, 1995: 410). Esse apoio ao golpe foi tão ostensivo que o jornal deu-se ao trabalho de explicar em seus editoriais “*por que os militares estavam certos e aquele era o único caminho para ‘salvar o Brasil’*” (GALVANI, 1995: 411).

Enquanto a “Revolução” se firmava no pós-golpe, internamente, a Cia Caldas Júnior também sofria sua “revolução”. A empresa modifica parte de suas políticas, o que resulta na modernização dos seus jornais. Esta mudança é perceptível pelo aumento da vendagem que a Folha da Tarde sofre, ultrapassando a marca, em alguns momentos, de 100 mil exemplares

vendidos (GALVANI, 1995: 417), enquanto que, em 1972, o *Correio do Povo* chegava à marca de 93 mil assinaturas (MACHADO, 1987: 8), colocando-se entre as maiores empresas jornalísticas do Brasil.

1.3 IMPARCIALIDADE, CREDIBILIDADE E VERDADE

Outra forma de apropriação importante para o trabalho é a relação do jornal com seu público leitor. Walter Galvani afirma que, entre os anos 1950 e 1970 “*a credibilidade do Correio era tamanha que uma notícia tão importante só seria tomada como verdadeira se publicada no jornal da Caldas. ‘Se o Correio do Povo deu, então é verdade’ – era o slogan que corria na cabeça das pessoas*” (GALVANI, 1995: 403). A credibilidade do jornal e a relação dele com a verdade eram mais do que apenas um slogan, era um dito e, de certa forma, uma crença popular. Isto é perceptível através de uma história narrada no livro *Um Século de Poder*, a qual teria ocorrido decorrente da morte do papa Pio XII. Na ocasião, o *Diário de Notícias* dera um “furo” de reportagem ao noticiar a morte do papa, enquanto o *Correio* apenas afirmara da piora de saúde de Pio XII. Disto, conta o próprio Ernesto Correa⁶, que orgulhoso do furo de reportagem de seu jornal, fora até um barbeiro na rua da praia e lá perguntara sobre a morte do papa, recebendo como resposta: “É... o *Diário* vem com essa aí. O *Correio* não. Vamos esperar o *Correio* de amanhã pra ver se é mesmo verdade!” (GALVANI, 1995: 402).

Breno Caldas tem sua própria versão dessa história, a qual é relatada em sua entrevista com Pinheiro Machado. O Papa Pio XII faleceu no dia 9 de outubro de 1958, e de acordo com Breno, nesta época, os *Diários Associados* estavam investindo pesado no *Diário de Notícias*, principal concorrente do *Correio do Povo*, e neste dia “o *Correio* levou um tremendo furo do *Diário*” (MACHADO, 1987: 20). Os dois jornais tinham contratos com diferentes empresas de noticiário internacional, a United Press enviou para o *Diário* a notícia da morte do papa, e a Associated Press também mandou para o *Correio*, mas a informação não foi captada por um descuido do telegrafista de plantão.

Assim, no outro dia, o *Diário* noticiava a morte do papa em manchete... e o *Correio* não tinha uma linha sobre o assunto! Mesmo assim, foi a oportunidade de constatar o nosso prestígio: o telefone da redação não parou durante o dia inteiro, muitas pessoas, duvidando da manchete do *Diário*, queriam saber porque o *Correio* não tinha noticiado. A surpresa maior viria quando o então arcebispo metropolitano, Dom João

⁶ Ernesto Correa era diretor do *Diário de Notícias* na época.

Becker, me procurou para uma confirmação: como o *Correio* não deu a notícia, ele estava hesitante em declarar luto oficial ... Aí eu disse ao arcebispo: “pode declarar o luto, Dom João. O papa morreu mesmo” (MACHADO, 1987: 20)

Este evento, do final da década de 1950, é uma amostra da apropriação dos leitores com relação ao *Correio do Povo*. É claro que não se pode aferir que todos os leitores tinham esta relação com o jornal, no entanto, este exemplo se vale pelo fato de mostrar até que ponto chegava o relacionamento leitor e *Correio do Povo*, e da relação alcançada pelo jornal com a idéia de verdade. Neste sentido, é importante refletir sobre o jornal e esse status de verdade, como e em que momento o *Correio do Povo* se definiu ou se transformou em verdade? De que forma a verdade acaba por se materializar no Jornal? Não sei se há a possibilidade de responder essas perguntas, porém a reflexão sobre o assunto é importante para, posteriormente, pensarmos sobre o discurso jornalístico do *Correio do Povo*, e de seu poder de atribuir sentidos, visto através desta noção de que a verdade se pronuncia através do jornal.

Para Galvani, o *Correio do Povo* alcança esse status através da credibilidade que ele conquista com relação ao seu público. Pinheiro Machado também a cita, quando pergunta de onde viria esta “quase mítica credibilidade” a Breno Caldas. A resposta acaba por ser um recuo ao nascimento do jornal, na sua fundação por Caldas Júnior. O avô de Breno Caldas, Francisco Antonio Vieira Caldas, teria participado da revolução de 1893, e teria sido morto de forma cruel após ser preso. Era óbvio que seu filho, Caldas Júnior, iria fundar um jornal de oposição ao truculento governo de marechal Floriano Peixoto, mas não foi o que aconteceu. De acordo com Breno:

O meu pai entendeu de fazer um jornalismo diferente. Quis fundar um jornal moderno, com uma idéia nova de imprensa para a época: uma idéia em que o jornal fosse um veículo imparcial... quer dizer, imparcial o mais possível, subordinado às circunstâncias, porque a vida está sempre subordinada às circunstâncias. Nós procuramos depois – os que sucederam o meu pai na direção do jornal – obedecer a essa orientação jornalística. E acho que conseguimos (MACHADO, 1987: 21).

Neste sentido, a credibilidade do jornal seria um resultado do discurso de imparcialidade, pregado e reafirmado no decorrer da história do *Correio do Povo*. Ao se fazer uma análise da fonte, no ano de 1968, é possível perceber a retomada, na íntegra, do editorial de inauguração de Caldas Júnior na capa do jornal⁷, e em 1969 há a referência às mesmas idéias⁸. Os editores mantêm, ao longo dos anos estudados, sua reafirmação de fidelidade aos princípios de

⁷ *Correio do Povo* nº.01- 01.10.1968 p.1

⁸ *Correio do Povo* nº. 01 – 01.10.1969 p.1

imparcialidade iniciados no seu nascimento. No Editorial de primeiro de outubro de 1968, esta reafirmação fica bem clara:

Opinante, mas independente. Sem qualquer ligação ou dependência relativamente a grupos políticos, econômicos ou religiosos. Um jornal para toda a comunidade. Por isso deu-lhe o nome de “Correio do Povo”. “Correio”, para ser veículo de informação e orientação. Em uma palavra; de comunicação. E “do povo”, para este, a todo este, sem discriminações, servir com imparcialidade e veracidade (CP. 01 – 01.10.1968 p.4 – Editorial)⁹.

Este editorial aponta outro aspecto importante, contido também no editorial de Caldas Júnior: o jornal se faz imparcial e verdadeiro, pois sua missão é o bem comum, o bem público, e não de alguns setores da sociedade ou do próprio jornal. Sua missão é para com o bem da sociedade, para melhor servi-la, por isso buscará e expressará sempre a verdade. Dentro dessa lógica discursiva, o apoio do jornal ao governo não é contraditório a sua proposta de imparcialidade, já que o jornal optava pelo bem comum. Portanto, há neste apoio, um discurso carregado de sentido que aponta o governo militar como a melhor escolha a ser seguida para os seus leitores, o caminho da verdade. Esse raciocínio fica bem explícito na reportagem de capa do ano seguinte, dia primeiro de outubro de 1969.

A folha que o gênio Caldas Júnior lançou naquele fim de 1895[...] já era, em verdade, um padrão avançado para a época. Porque sem abdicar do direito e do dever de opinar e de defender os interesses mais altos da coletividade, era, precipuamente, um já aprimorado instrumento de informação. De informação bem apanhada, imparcial e fidedigna.

[...] numa época tão nefastamente assinalada por tão torvos desentendimentos e ações no mundo inteiro, procuramos, intransigentemente, manter-nos fiéis à mesma norma de jornalismo de Caldas Júnior. De defesa dos verdadeiros interesses e aspirações populares – que não se confundem com demagogias, charlatanismos e agitações – e dos direitos e liberdades essenciais da pessoa humana sob a égide da lei e da ordem, a bem do desenvolvimento e do progresso do Brasil. (CP 01 – 01.10.1969 p 1)¹⁰

Eis o *Correio do Povo*, guardião dos interesses do coletivo e das aspirações populares, que opina com imparcialidade e verdade, não se deixando levar por demagogias e buscando sempre o bem de todos, o progresso do Brasil.

É neste contexto que se dá a relação entre movimento estudantil e o jornal. Para entender isto, trabalharei com o *Correio do Povo* utilizando o conceito de jornal informativo moderno, proposto por Francisco Rüdiger, o qual entende o jornal como o produto de uma empresa jornalística essencialmente capitalista, portanto, interessa-se pelo lucro através da venda de informações e notícias (RÜDIGER 2003: 77). Com relação ao discurso de

⁹ Anexo 1

¹⁰ Anexo 2

imparcialidade e neutralidade na forma de transmitir as informações, Bruna Neves Alves afirma que:

Esses jornais, portanto, exploravam o discurso de neutralidade frente a questões político-partidárias para ganhar o mercado de leitores consumidores da informação escrita, produzindo uma interpretação da realidade que era colocada como verdade, neutra e absoluta. (ALVES, 2004: 29)

Seguindo essa lógica, o jornal necessita publicizar as opiniões de diferentes atores sociais envolvidos em determinado debate, tanto para manter e ampliar seus consumidores como a fim de manter sua credibilidade com o seu público (ALVES, 2004: 17). Portanto, há uma relação entre o jornal e o movimento estudantil (ME), na qual o movimento estudantil precisa do jornal para evidenciar suas ações e propostas, enquanto que o aparecimento das opiniões do ME, contrapostas a outras opiniões, dentro do jornal, dá e mantém a credibilidade deste com seus consumidores. A lógica da credibilidade jornalística se constrói dentro desta relação, formando, assim, um “compromisso com a verdade”.

1.4 O MOVIMENTO ESTUDANTIL ORGANIZADO

No livro *Movimento Estudantil Brasileiro*, o autor, Antonio Mendes Junior, traça um panorama histórico do movimento estudantil no Brasil, definindo diferentes fases e caracterizações pelo tipo de atuação política e seu espaço temporal. Para Mendes Júnior, o movimento estudantil realmente inicia como movimento coletivo, a partir da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Este panorama é importante para perceber as diferentes reivindicações do estudantado ao longo do seu tempo como movimento organizado.

A UNE nasce sob a égide de um órgão paraoficial, chamado Casa do Estudante do Brasil (CEB). A vontade de atuação política da UNE se mostra logo com sua criação, visto o resultado dos seus dois primeiros congressos. As primeiras bandeiras levantadas são a reforma universitária –que clamava por uma universidade mais popular- e a luta contra o fascismo. Esta luta, em especial, alçou a UNE como uma entidade mobilizadora de grandes massas. Houve grande adesão à causa anti-fascista, impulsionadas também pelo torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães. Essa bandeira acaba por se transformar na luta pela redemocratização do país. O resultado disso foi o fim do Estado novo e a convocação de eleições. (MENDES Jr, 1987: 34 – 52)

Posterior à queda do Estado Novo, a UNE continuou seu engajamento na campanha pela nacionalização do petróleo. A capacidade de mobilização evidenciou a UNE como uma entidade de grande poder, porém, isto passa a ser desejado por interesses que viam a entidade como um incômodo aos seus planos. Isso é evidente a partir das eleições do Congresso Nacional dos estudantes de 1942, no qual participam chapas patrocinadas pelo capital norte-americano. Estas chapas conseguem se eleger para o comando da UNE em 1951, permanecendo até 1956, sendo esta época chamada de “fase negra”. Após o período citado, a esquerda volta ao comando da UNE, tornando crescente a participação política, a qual tem seu ápice nos anos 60. Destacam-se como principais eventos e ações: a greve contra o aumento dos bondes, a luta contra o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a participação na campanha da Legalidade, a greve de um terço, Centros de Cultura Popular etc. O estandarte da UNE era seu projeto nacionalista – defesa da indústria nacional, reforma agrária e reforma universitária- que casavam bem com a proposta das reformas de base do governo Jango (MENDES Jr, 1987: 52 – 69). É importante, para este trabalho, perceber que a proposta de reforma universitária é uma reivindicação que já estava marcada como objetivo da UNE na sua fundação, e esta reivindicação permanecerá durante os anos 1960. A reforma universitária e os problemas da educação brasileira são uma das principais marcas desta década.

Mendes Júnior afirma que o ano de 1964 começa com esta forte mobilização política. UNE, Ligas camponesas, movimento operário, etc, todos exigindo mudanças na estrutura social brasileira. Para o autor, quando o presidente João Goulart sente o perigo de uma reação das partes conservadoras da sociedade, este resolve fazer sua demonstração de força através de um comício-monstro que reúne cerca de 200.000 pessoas. A UNE participa da organização e é representada pelo discurso do seu presidente na época, José Serra. O comício acaba sendo considerado uma provocação muito grande para a direita brasileira, que se articula, e em 31 de março, através das forças armadas, dá um golpe de estado. Após a tomada do poder, a reação dos golpistas aos principais movimentos de esquerda é significativa. A UNE é um dos primeiros alvos, tendo sua sede, o clube Germânia, queimada no mesmo dia 31. O ano de 1964 é marcado pela forte repressão ao movimento, sendo as entidades estudantis fechadas, deixando o movimento em desorganização (MENDES Jr., 1987: 84). Uma análise das fontes nos mostra que esta oposição à UNE permanece nos anos de 1968 e 1969. É comum no *Correio do Povo* uma relação de oposição, na qual a UNE é a representante do antigo governo e o projeto Rondon o representante do novo. Dessa forma, um artigo do dia 18 de janeiro, o colunista Alberto Gosch traça um comparativo entre a UNE e o Projeto Rondon; o sentido

produzido pelo texto é de que a UNE era representante de um governo retrógado, onde imperava a demagogia, a discórdia e a inimizade. Essa questão será melhor trabalhada no capítulo 3. O importante, neste momento, é assinalar como era presente a imagem da UNE dentro do *Correio do Povo* durante o período analisado.

Embora o movimento estudantil parecesse estar desarticulado, isto acaba não se mantendo quando o ministro da educação, em 1964, Suplicy de Lacerda, propõe a “lei Suplicy”. Esta lei propunha uma relação hierárquica e de controle entre os diretórios estudantis e o MEC; dessa forma, o movimento estudantil se reativa e decide por boicotar a lei do novo ministro da educação. João Roberto Martins Filho, autor de *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*, afirma em seu livro “*que, logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não articulada no meio estudantil, que se aprofundaria depois com a luta contra a ‘Lei Suplicy’*” (MARTINS FILHO, p.83). Neste embalo, o ano de 1966 ganha novo impulso com protestos, agora contra os “acordos MEC-USAID” (MENDES Jr, 1987: 79). Marcelo Ridenti confirma estas idéias, pois para ele, a repressão pós 64 não destruiu o movimento estudantil, apenas o desarticulou por um curto tempo. O governo, ao tentar controlar o estudantado, promoveu indiretamente, sua rearticulação devido às medidas educacionais adotadas. A diminuição de verbas para o ensino superior, que provocou o congelamento do número de vagas nas universidades e posterior “problema dos excedentes”, gerou repercussão e apoio da sociedade para a causa dos universitários. Somado a isso, os acordos MEC-USAID, que pretendiam uma reforma universitária oposta às propostas estudantis, provocaram ojeriza do estudantado em geral, o que possibilitou seu reagrupamento em torno de uma causa. O auge dessa nova mobilização foi a “Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968, apoiada por diversos grupos estudantis, não-estudantis e pela sociedade em geral, na forma de greves, passeatas e atos públicos na maioria das cidades brasileiras com ensino superior (RIDENTI, 1993: 130).

No entanto, não se pode reduzir o movimento estudantil apenas à UNE; esta se apresenta apenas como um dos atores sociais em movimento. De acordo com os autores Martins Filho e Marcelo Ridenti, nesta época, o movimento estudantil estava dividido em duas tendências: a primeira, liderada pela Ação Popular (AP), promovia “as lutas de rua contra a ditadura” e a segunda, de caráter antiditatorial e reivindicativa do estudantado. Para Martins Filho, durante as duas principais manifestações do ano, a passeata-enterro pela morte do estudante Edson Luís e a Passeata dos Cem mil, houve uma efêmera unificação do ME, tanto internamente (entre suas duas correntes), quanto externamente (entre o ME e outros

setores sociais). Enquanto a posição, defendida pela AP, propunha uma luta política contra a ditadura, outros setores do movimento, liderados, principalmente, pela União Estadual dos Estudantes – SP (UEE-SP) e pela União Metropolitana de Estudantes da Guanabara (UME-GN), lutavam pela reforma estudantil. Dessa forma, o movimento estudantil se reformula no pós-64, a partir da iniciativa do governo de reforma universitária. O lema “contra à universidade empresa e a favor de uma universidade crítica” expressou a resistência do meio estudantil de classe média à perda das conquistas alcançadas durante a fase populista (MARTINS FILHO, 1987: 146).

Porém, esses autores trabalham com uma perspectiva geral sobre o movimento estudantil universitário. Perceber as especificidades do Movimento Estudantil Gaúcho também se mostra como outra das possibilidades do trabalho. Um importante exemplo é a dissertação de mestrado de Bruna Neves Alves, “*O Visível e o Invisível do Movimento estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964 – 1968)*”, que aponta algumas especificidades do movimento estudantil gaúcho. Alves afirma haver uma divisão dentro do estudantado do Rio Grande do Sul, sendo dois movimentos antagônicos, os situacionistas e os oposicionistas (ALVES, 2004: 9).

O discurso de imparcialidade e neutralidade mantido pelo *Correio do Povo* e reafirmado durante toda sua história proporcionava-lhe grande credibilidade para com seu público leitor, a ponto de o jornal ser tratado como a verdade. Já o Movimento Estudantil, iniciado, principalmente, pela UNE mostra-se como um ator social de grande poder político através de suas mobilizações, e que desde de 1932 propunha reformas educacionais. Embora este Movimento estudantil geral tenha tido por certo tempo propostas comuns aos estudantes, no ano de 1968 este movimento parece estar dividido entre as posições políticas das diversas organizações estudantis. Percebendo isto o jornal irá defini-las, principalmente no Rio Grande do Sul, separando-as devido ao seu posicionamento com relação ao governo. Esta característica será a base do discurso jornalístico do *Correio do Povo* acerca do Movimento Estudantil.

CAPÍTULO 2: MOVIMENTO ESTUDANTIL E IMPRENSA

- Senhoras e senhores,
aqui fala o seu repórter Esso,
testemunha ocular da história. -

Antes de iniciar a análise propriamente dita das fontes é preciso uma definição conceitual acerca dos objetos de estudo. Cabe pensar como se pode entender o movimento estudantil, o que o define como movimento social, e como se pode entender a relação do Movimento estudantil com o *Correio do Povo*. E pensando no trabalho com esta fonte, partirei de uma revisão bibliográfica de modo a pensar na relação de história e imprensa, nas possibilidades dos periódicos como fontes históricas, e nos cuidados a serem tomados para a pesquisa acerca de um jornal.

2.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

Pensando o Movimento estudantil e na sua relação com os acontecimentos da época, na sua forma de ação em sociedade e em sua organização, este trabalho compreende o Movimento estudantil como um movimento social (MS). Dessa forma, é preciso refletir e conceituar o que são os movimentos sociais e o seu papel dentro da sociedade dos anos 1960.

A partir do estudo do texto *Movimentos Sociais e Política de Vida*, de Carlos Eduardo Sell, pode-se afirmar que os movimentos sociais surgem como tema de pesquisa da sociologia, em 1840, a partir dos estudos de Lorenz von Stein. No entanto, é somente na década de 1960 que este tema ganha grande importância no mundo acadêmico, devido, principalmente, aos grandes e diferenciados movimentos sociais que agitaram essa década. O autor cita as três principais abordagens teóricas que influenciaram os estudos de movimentos sociais no Brasil: a teoria marxista, a teoria dos novos movimentos sociais e a teoria da mobilização de recursos. Ele destaca também um dos principais estudiosos do assunto, o sociólogo francês, Alain Tourraine.

Tourraine afirma que “o sujeito só existe como movimento social”, ou seja, para ele, os indivíduos fazem a história coletivamente através dos movimentos sociais (TOURRAINE; apud SELL, 2006: 190). Para o pensador, teoricamente, nem toda ação coletiva pode ser

considerada um movimento social. Para ele “*movimentos sociais são apenas aqueles atores coletivos e lutas sociais que buscam transformar a sociedade, suas formas de organização econômica, política e cultural*” (SELL, 2006: 190). Tourraine cita três elementos básicos que caracterizam os movimentos sociais:

- Identidade: refere-se a auto-definição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia.
- Adversário: refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento.
- Objetivo: refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização que ele deseja alcançar (SELL, 2006: 191).

Dessa forma, um movimento social se caracterizaria através destes três atributos. No caso do movimento estudantil, sua identidade seria a condição de estudante e de jovens, seus objetivos eram a solução dos problemas educacionais brasileiros, e seu adversário seria o governo Militar. Porém, o pesquisador francês chega a afirmar que não existem movimentos sociais na América Latina, pois, embora existam lutas coletivas, os movimentos não são independentes do Estado, configurando-se como respostas aos estímulos estatais (SELL, 2006: 190). Por esta razão, é preciso pensar em outra teoria na qual se possa trabalhar o movimento estudantil brasileiro em suas especificidades. Mesmo com a afirmação de Tourraine, Sell aponta a existência, no Brasil, de diversos estudos e teorias contrárias que ganham impulso a partir de 1974, com o processo de redemocratização do Brasil.

A primeira é a teoria Marxista, a qual procura mostrar o Estado a serviço das classes dominantes (capitalista), não atendendo às necessidades básicas da população. Sendo assim, os operários reagem lutando por suas necessidades sociais e questionando o sistema vigente (Ditadura Militar). No caso do Brasil, o melhor exemplo de estudo se refere às greves do ABC paulista de 1979 e 1980 (SELL, 2006: 192). A teoria dos “novos movimentos sociais” aparece nos anos 80, sob influência de Alain Tourraine. Esta teoria tenta romper “*com a ênfase nas classes sociais da teoria anterior, mostrando como nos movimentos os sujeitos são compostos de várias ‘identidades’ que formam uma pluralidade de sujeitos*” (SELL, 2006: 193). Estes movimentos buscam mudar, pela luta, seu cotidiano. Contribuindo com uma “*nova noção de cidadania e para construção de uma nova cultura política*” (SELL, 2006: 193). Já a Teoria da mobilização de Recursos entende os movimentos como “*grupos de pressão que lutam por seus interesses em relação ao Estado. Mais do que buscar macro-transformações sociais, o que estes atores buscam é lutar pelos seus objetivos.*” Esta teoria mostra que os interesses dos movimentos são fragmentados, o que dificulta a unidade em

torno de um projeto político comum, podendo ser absorvidos ou manipulados pelo Estado (SELL, 2006: 193).

Este trabalho se orientará pelo conceito de movimento social proposto por Maria da Glória Gohn, em seu livro *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Assim como Sell, Gohn produz uma reflexão teórica acerca das diversas teorias sobre movimentos sociais para, ao fim de seu trabalho, propor uma teoria de análise dos movimentos sociais. Neste sentido, ela se contrapõe a Tourraine, apontando as características e especificidades dos movimentos latino-americanos relacionados a sua conjuntura histórica e cultural (GOHN, 1997: 224). Para trabalhar com movimentos sociais é preciso ter cuidado com algumas características que os compõem. Ter interesses em comum compõe um MS, mas isto não basta para caracterizar um movimento social, é preciso que, antes dos interesses, haja uma identidade em comum, uma realidade compartilhada por um coletivo social (GOHN, 1997: 245). Outra característica a se ter cuidado é a ação coletiva como protestos e manifestações. Esta pode ser uma estratégia de ação de um movimento social, mas ela por si só não constitui um movimento (GOHN, 1997: 246). Para a autora,

movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto. Podemos ter duas acepções básicas de um movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa dos interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos etc. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado (GOHN, 1997: 247).

A autora afirma, dessa forma, que há duas categorias básicas de MSs. A primeira acepção é o da luta social e tem um caráter cíclico, vão e voltam como as ondas e as marés. Estes “*movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do que é velho*”, assim estes movimentos podem ter um caráter reativo, ativo ou passivo. (GOHN, 1997: 248). A outra acepção tem por categoria fundamental a de força social, que se exprime em uma “*demanda ou reivindicação concreta, ou numa idéia-chave que, formulada por um ou alguns, e apropriada por um grupo, se torna um eixo norteador e estruturador da luta social de um grupo – qualquer que seja seu tamanho – que se põe em movimento*” (GOHN, 1997: 248).

Neste sentido, entendo o movimento estudantil como um movimento social que se agrupa em função de sua condição de estudantes e que tinham por demandas, as reivindicações do estudantado e a oposição às medidas tomadas pelo governo militar, em

relação à educação brasileira. Porém, é preciso perceber o movimento estudantil em suas especificidades locais e internas, já que o movimento não se expressa como um bloco unificado. Como dito anteriormente, Bruna Neves Alves afirma que o movimento estudantil gaúcho é dividido pela imprensa em duas tendências: os situacionistas e oposicionistas (ALVES, 2004: 9). Ambos promoviam uma contraposição às medidas tomadas pelo governo, no entanto os oposicionistas também tinham por atitude a oposição ao próprio governo militar. Dessa forma é possível afirmar a existência de um movimento estudantil geral, mas que em sua especificidade se comporta como movimentos estudantis, sendo que o grupo dos situacionistas tinha por demandas as reivindicações do estudantado e a oposição às medidas governamentais, enquanto que os oposicionistas, além de apresentarem as demandas anteriores, tinham por idéia-chave de seu movimento a oposição sistemática ao governo Militar.

2.2 O “PROBLEMA ESTUDANTIL”

O “Problema estudantil”, ou “problema educacional”, é um termo constantemente usado nas páginas do jornal *Correio do Povo*, que categoriza um conjunto de questões educacionais enfrentadas pela sociedade, as quais deveriam ser resolvidas pelo Estado. As problemáticas enfrentadas se mostram de ordem institucional – a falta de vagas, expressa no caso dos excedentes¹¹, e de verbas – e de ordem político-ideológicas – expressa através das manifestações estudantis. Porém, o “Problema estudantil” não se configura apenas como um grupo de “consertos” a serem feitos na “máquina educacional”, já que as manifestações estudantis, consideradas um dos problemas por parte do jornal e do Regime Militar, se faziam em oposição às medidas adotadas pelo Estado, na mudança da educação brasileira. Manchetes como “*Tarso Dutra defende militares que vão tratar do Problema Estudantil*”¹², “*Dirigentes da Comissão colhe depoimentos sobre problema estudantil*”¹³, enfocando os problemas educacionais ou os “problemas estudantis”, aparecem durante o decorrer do ano de 1968, e representam todo o contexto de problemas envolvendo a educação e os estudantes brasileiros.

¹¹ O vestibular não tinha, na época, o caráter classificatório. Passar na prova era entrar na Universidade, porém com o aumento da demanda e a diminuição de verbas por parte governo, ocasionando o congelamento do número de vagas, provocava todo início de ano o problema dos excedentes. Assim eram tratados os alunos que haviam passado no vestibular, mas não tinham vaga na Universidade.

¹² Correio do Povo n°. 78 - 05.01.1968 p.4.

¹³ Correio do Povo n°. 264 - 15.08.1968 p.11. Anexo 3.

Dessa forma, pode-se afirmar que os “problemas estudantis” se configuram como as ações provocadas pelos estudantes; nesse sentido, entendem-se como as manifestações e protestos considerados agitações pelo jornal, porém, as motivações destas ações são as medidas tomadas pelo Regime Militar e por sua forma de ação na resolução dos “problemas estudantis”. A primeira delas é o corte de verbas às instituições universitárias que acaba por gerar outros problemas, como a perda da qualidade do ensino e a diminuição das vagas ocasionando, assim, a questão dos excedentes. Projetos de lei, como a reforma universitária de 1968, também são contestados pelos estudantes. Neste mesmo tom, estão as críticas aos acordos MEC-USAID e o Decreto lei 228 de 1967. Os estudantes exigiam, sob a ótica destas críticas, uma maior participação nos rumos adotados para a educação brasileira. O estudantado queria ter voz na construção do ensino. Essa mesma reivindicação servia para a proposta de reforma universitária estudantil, demandando a formação de universidades mais democráticas. Um exemplo desta falta de participação estudantil é a repercussão entre o estudantado à medida do governo de formação de uma comissão para cuidar do “problema estudantil”, na qual não havia nenhum representante dos estudantes, tendo por maioria, membros agentes militares (Correio do Povo nº.78 - 05.01.1968 p.4). Em reportagem posterior, o jornal afirma que as entidades estudantis gaúchas (DCE e UEE-RS – situacionistas), diferente de outras do país, apoiavam a criação da nova comissão, no entanto esperava-se que ela realmente procurasse os estudantes para possibilitar sua participação no processo de resolução dos “problemas estudantis” (Correio do Povo nº. 81 - 09.01.1968. p.11).

Portanto, utilizo no trabalho este termo para expressar todas as questões que envolviam os estudantes, e/ou de alguma forma estavam relacionadas com suas reivindicações, e, também, com as notícias que o jornal relacionava com os estudantes brasileiros e os problemas da educação nacional. Isto é importante, visto que as notícias que o jornal relacionava com os movimentos estudantis acabavam por vincular diferentes contextos, construindo, através de seu discurso jornalístico, determinados sentidos acerca do ME. Dessa forma, os “problemas estudantis” são, primeiramente, nacionais, que acabam por se refletir em acontecimentos locais. No entanto, aos poucos na medida em que vão se intensificando ao redor do mundo diversos movimentos estudantis, a noção de “problema estudantil” acaba por englobar toda esta conjuntura. Existiam questões brasileiras que motivavam a conjuntura, no entanto, haveria outras mais gerais, que motivavam os “problemas estudantis” em todo o mundo. A percepção destas notícias e acontecimentos relacionados a estudantes no mundo

todo, leva o jornal a ampliar a idéia de “problema estudantil”, que era somente brasileiro, a uma categoria de “problema estudantil” mundial. Dessa forma, toda esta conjuntura era um fenômeno de uma geração inteira. Esta percepção se intensifica principalmente após os eventos de maio de 68, e a fala de Costa e Silva para estudantes gaúchos se mostra bem característica:

Aliás, os senhores sabem, porque a imprensa é pródiga em noticiar essas agitações, que não ocorrem só no Brasil, mas na Alemanha, Espanha, Polônia, França, México, Argentina, Bolívia em toda a parte, como denunciando que existe um plano internacional de agitação, conduzindo essa mocidade brilhante, esses idealistas que são os moços . Nós também fomos moços e sabemos o que vai na alma de cada jovem (CP254-03.08.1968 p.1).

Nesta fala, pode-se perceber que a categoria “problema estudantil” acaba por caracterizar acontecimentos no Brasil e também no resto do mundo. Os estudantes não estavam revoltados somente no Brasil, estavam em todo mundo. Dessa forma, o jornal começa a promover respostas que ajudem a entender a conjuntura mundial, e que acabam por exprimir a causa dos problemas brasileiros. Como explicar estes problemas gerais? Como o jornal trabalhou e deu sentido a este problema, e de que forma isto se refletiu na discussão sobre os “problemas estudantis” dentro do Brasil? São algumas perguntas que este trabalho tenta responder.

2.3 IMPRENSA E HISTÓRIA

O estudo da imprensa oferece grandes possibilidades para a pesquisa histórica. A imprensa e a história têm entre si uma importante relação, as suas práticas e seu objeto são semelhantes, ambas caracterizam-se por um comprometimento pela busca de uma realidade e da verdade sobre determinados fatos. Em nossa sociedade, há uma concepção de que as informações propagadas pela mídia são verdade e estudar história é conhecer a realidade dos fatos do passado. O jornalista e o historiador têm por objeto de seu trabalho as ações do homem em sociedade, e buscam apresentar os acontecimentos “como realmente ocorreram”. Embora as escolas historiográficas atuais digam o contrário, por muito tempo os historiadores buscaram reproduzir os acontecimentos em sua totalidade, porém, esta idéia era defendida nos

meios jornalísticos da época, e também nos atuais¹⁴. Essa relação entre verdade, jornalismo e história pode ser percebida na reportagem *Guerra dos estudantes na capital da paz*, publicada no *Correio do Povo*, em 16 de maio de 1968. A autoria é de Flávio Alcaraz Gomes, repórter enviado pelo jornal para cobrir os eventos de maio de 68 na França.

Daqui a muitos anos, se essa rebelião de estudantes cristalizar-se como marco de alguma profunda alteração dos sistemas sociais, esta documentação servirá para mostrar que, atrás do tom épico e poético das narrativas históricas esconde-se a face nua e crua da verdade. Verdade que um repórter gaúcho colheu de microfone em punho... (Correio do Povo nº 187-16.5.1968 p 16)¹⁵

Flávio Alcaraz Gomes faz um discurso no qual a história se constitui como uma poesia sobre a realidade, enquanto que o jornalismo “colhe a verdade nua e crua”. Ele estabelece uma relação hierárquica entre os fazeres e se coloca como representante da realidade petrificada através de seu ofício. Sua prática, portanto, transmite a verdade.

No entanto, as discussões atuais informam que esta prática é impossível, visto que não se pode chegar à representação completa de um determinado evento, mesmo que o tenha vivenciado, pois não se poderá apresentar todas as diferentes lacunas ou visões acerca de um ocorrido. Gerson Wasen Fraga afirma, em sua dissertação, que “*em ambos os casos (no jornalismo e na história), nos deparamos não com reproduções exatas, mas com interpretações do acontecido, interpretações estas carregadas da subjetividade de seus produtores, e portando suas perspectivas e limitações ideológicas e culturais*” (FRAGA, 2004: 22). Dessa forma, tanto o historiador quanto o jornalista escrevem partindo de pressupostos pessoais e inerentes a cultura de sua época. Partindo desta reflexão, é possível pensar que ambas as representações, jornalística e histórica, são produto de seu próprio momento histórico e, portanto, podem ser estudadas para entender um pouco da época na qual foram produzidos. É neste sentido que se expressa a importância do estudo da imprensa como objeto histórico. O historiador deve pensar na imprensa como um objeto representativo da época em que foi publicado, e não como uma fonte para comprovar a veracidade de um acontecimento.

Tânia Regina de Luca apresenta, em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, as possibilidades da imprensa como fonte histórica. A imprensa se constitui como elemento essencial para se entender a sociedade moderna. Para ela o desenvolvimento dos

¹⁴ Um exemplo são as propagandas promocionais da Zero Hora sob o título, Campanha Zero Hora - Eu li na Zero. Fonte: http://www.youtube.com/watch?v=peKfQ_lMpI0&feature=related. Acessado em 19 de novembro de 2011.

¹⁵ Anexo 4.

meios de comunicação está intrinsecamente relacionado ao processo de industrialização e urbanização que geraram o mundo moderno.

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras, fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pela cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro. (LUCA, 2005:120)

Nesse sentido, o estudo de periódicos apresenta grandes possibilidades para o pesquisador na área de história, já que a imprensa periódica apresenta uma grande diversidade de objetos, ou sendo ela mesma o próprio objeto do historiador. Luca também cita as pesquisadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, as quais consideram que a importância dos jornais como fonte de pesquisa “*justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social*” (CAPELATO, PRADO; APUD LUCA, 2002: 118). Capelato e Prado entendem os jornais, ou os meios de comunicação de massa, como propagadores de idéias e ideologias, a ideologia das elites dominantes. Portanto, esses meios de comunicação exportam e “vendem” as concepções da elite dominante dentro de um mundo cada vez mais urbano, com maiores demandas de informações.

No entanto, esta noção é contraposta por John B. Thompson em seu livro *Mídia e Modernidade*, o qual considera que a principal importância da imprensa dentro da sociedade, assim como objeto de pesquisa histórica, está no fato de que:

Os meios de comunicação de massa não são, simplesmente, um entre muitos mecanismos para a inculcação da ideologia dominante; ao contrário, esses meios são parcialmente constitutivos do próprio fórum em que as atividades políticas acontecem nas sociedades modernas, o fórum dentro do qual e até certo ponto, com respeito ao qual os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e ao responder ao exercício do poder de outros. (THOMPSON, 1998: 128)

Este princípio é importante para entendermos o interesse dos meios de comunicação para os movimentos sociais, em especial o Movimento estudantil no ano 1968. Os meios de comunicação de massa se mostram como o fórum parcialmente constituído dos debates sociais, pois é através dele que muitas demandas são apresentadas à sociedade. É através deles

que os movimentos sociais podem alcançar uma grande parte da sociedade, comovendo-a, ou não, sobre suas reivindicações. É neste sentido que o Movimento estudantil se relaciona com a mídia, no caso, o *Correio do Povo*. É dentro das linhas discursivas do jornal que se dará este debate, onde estarão presentes as reivindicações estudantis em contraponto às medidas governamentais. São nestas linhas que se expressará, ao atribuir diferentes sentidos, o posicionamento do jornal com relação ao debate e é desta forma que se dá sua ação na sociedade.

Portanto, é importante entender que o principal objeto deste trabalho não é o “problema estudantil”, mas sim o próprio jornal *Correio do Povo*, já que a proposta deste trabalho é analisar como este meio de comunicação de massa trabalha o assunto em questão. O “problema estudantil” é na verdade um debate social publicizado pelo jornal, no qual está inserido o movimento estudantil. De acordo com Claudio Pereira Elmir, em seu texto *Uma aventura com o Última Hora, o Jornal e a pesquisa histórica*, quando o jornal é o objeto intelectual, deve-se proceder com uma operação que expulsa o pesquisador para fora do texto e, ao mesmo tempo, o empurra para dentro:

...as determinações que contribuem a explicar a natureza daquilo que se quer investigar são várias e o melhor discernimento sobre isto somente pode ser feito respeitando esta necessária oscilação (dentro/fora) no decorrer da pesquisa. A explicitação e o cotejamento dos diferentes níveis de coerência textual, por exemplo, dependem desta dupla e solidária visada. Para que esta operação resulte exitosa, é preciso saber o que comparar; que unidades – tanto internas quanto externas ao jornal (a serem determinadas pelo investigador) – são passíveis de comparação. (ELMIR, 2007: 15)

Dessa forma, o trabalho com o jornal precisa seguir uma operação na qual deve-se buscar elementos externos às folhas do periódico, propiciando uma visão, não só dos grupos dirigentes e promotores do jornal, mas também a conjuntura, eventos, e principais concepções da época. Estes elementos nos levarão de volta às páginas do periódico, e ao pesquisador é necessário submergir em direção à região mais profunda do jornal, onde suas concepções se mostram das maneiras mais subjetivas, nas linhas e entrelinhas de seu discurso.

2.4 A ANÁLISE DO DISCURSO

Como pressupostos teóricos para a análise do discurso jornalístico, utilizarei as concepções de Michel Foucault, apresentadas no livro *A Ordem do Discurso*. Para Foucault, o discurso é uma ação que tem por iniciativa produzir um sentido sobre algo, dar um

significado. Diferente da noção de que o discurso é apenas um aporte entre o pensamento e a fala, para Foucault, o discurso é um acontecimento que significa o real, e, nesta lógica, mostra a sua materialidade na realidade, pois assim age na sociedade. Este acontecimento também não é essencial, ou seja, ele não existe desde o início dos tempos, ele é tão provisório quanto qualquer outro acontecimento humano, porém, enquanto ele se mantém ditando sentidos, existe historicamente.

Seguindo estes pressupostos de Foucault, Céli Regina Jardim Pinto, em seu artigo *Elementos para uma Análise de Discurso Político*, afirma que a “*análise do discurso é uma teoria dos sentidos, das significações*” (PINTO, 2005: 80). O discurso existiria, portanto, porque ele seria uma tentativa de dar sentido ao real. Esta tentativa seria ao mesmo tempo precária e exitosa. A sua precariedade está no fato de não ser essencial, ela está sempre ameaçada de ser desconstruída; e exitosa, pois, mesmo com a ameaça de desconstrução, se mantém historicamente (PINTO, 2005: 80). É por esta razão que um dos princípios da teoria do discurso é o da não existência de uma verdade anterior ao discurso, pois “*a verdade é uma construção discursiva, afirmação que não pode ser confundida com a simplista idéia de que verdade não existe*” (PINTO, 2005: 80). Para explicar essas noções inerentes ao discurso, Céli Pinto utiliza um exemplo sobre um objeto, a “caneta”:

a caneta chama-se “caneta” de forma absolutamente arbitrária. Entre o som “caneta” e o objeto não existe nenhuma relação necessária. Isto parece banal, mas é fundamental para a teoria do discurso. Se convençõessemos que a partir da semana que vem a caneta viesse a se chamar “livro”, não haveria nenhum problema, desde que todos nós combinássemos que a caneta é um livro. O que é importante ficar claro é que o sentido do que é discursivo é completamente arbitrário. Não existe nenhuma razão essencial para o objeto cadeira ser chamado “cadeira”. Eu posso chamá-la de carro (PINTO, 2005: 81).

Este é um pequeno exemplo da noção de discurso, já que a lógica de funcionamento na sociedade é muito mais complexa e os sentidos não são atribuídos apenas a objetos e coisas, mas também para ações, idéias, acontecimentos e quaisquer outros elementos que possam ter uma significação atribuída. Dessa forma, “*o importante é saber que mesmo que ao longo das gerações os significados tenham sido vividos como naturais, ainda assim são arbitrários e provisórios, são apenas parte de uma construção de verdade, o que lhes dá uma condição completamente distinta*” (PINTO, 2005: 81).

Outro ponto a ser entendido, de acordo com Céli Pinto, é o que Foucault chama de materialidade do discurso. Sendo os discursos acontecimentos que “*contém significados incorporados por sujeitos, que os constroem ou são por eles subjetificados, provocam efeitos concretos, na forma das pessoas se relacionarem entre si, nas formas como a história toma*

os seus rumos” (PINTO, 2005: 82). Neste contexto, podemos pensar no jornal *Correio do Povo* e no seu poder de ação dentro da sociedade. Considerando o jornal como um meio de comunicação de massa, mas tomando o cuidado necessário com a utilização deste termo, apontado por John B. Thompson, afirmo que este jornal estava disponível para “*uma grande pluralidade de destinatários*” (THOMPSON, 2008: 30). Além desta grande disponibilidade, o jornal era reconhecidamente um referencial de jornalismo na época, sendo, até certa medida, tratado como verdade. Conseqüentemente, seu poder de atribuir sentido, através de seu discurso jornalístico, era muito forte. Como o trato social de chamar a “caneta” de livro, exemplificado por Céli Pinto, o jornal tinha este poder de propor sua opinião como uma verdade, como o melhor para a sociedade, firmando, assim, um trato com seus leitores. O que se devia pensar coletivamente sobre a “caneta” era o proposto pelo jornal. Thompson também trabalha com esta idéia, a qual nomeia de “poder simbólico” dos meios de comunicação. Este é caracterizado pela “*capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas*”, ou seja, o poder de atribuir sentidos (THOMPSON, 2008: 24).

Em função dessa capacidade de atribuir sentidos e significados, o discurso conjura poderes sobre os quais há o desejo de controle. Nesse sentido, Foucault supõe que, em toda a sociedade, a produção do discurso é concomitantemente controlada, selecionada, organizada e redistribuída através de certo número de procedimentos. Estes têm por função: conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2010: 8-9).

2.5 DOS PROCEDIMENTOS DE EXCLUSÃO E CONTROLE DO DISCURSO

Para Foucault, existem dois grupos de procedimentos que controlam o discurso, um interno ao discurso, sendo ele próprio o limitador de seu aparecimento, e outro externo ao discurso. Para este trabalho, nos ateremos, principalmente, ao grupo dos procedimentos externos ao discurso. Há, para Foucault, como procedimentos externos, três sistemas de exclusão do discurso: a palavra proibida ou Interdição da palavra; a separação ou rejeição da Loucura; e a vontade de verdade (FOUCAULT, 2010: 19). Para se entender melhor o método de análise de discurso, é preciso compreender os três procedimentos externos de controle do discurso.

A interdição da palavra é um “jogo” em que as pessoas sabem que não se tem direito de dizer tudo, nem falar tudo em qualquer circunstância e qualquer um não pode falar qualquer coisa. Para Foucault, este “jogo” se dá através de um dos três tipos de interdição: o tabu do objeto; o ritual da circunstância; e o direito privilegiado e exclusivo de quem fala (FOUCAULT, 2005: 9). Dessa forma, não se pode exprimir determinados temas; dependendo das circunstâncias alguns são proibidos; e aquele que possui o privilégio e exclusividade da fala, escolhe sobre o que falar, quem fala e quem não fala. Para Foucault em nossa atualidade, os assuntos que mais sofrem a influência deste “jogo de interdições” são a sexualidade e a política (2005: 10).

A separação ou rejeição da palavra se dá através da oposição entre razão e loucura. É através das palavras dos loucos que se reconhece a sua loucura, suas palavras os separam da sociedade. Foucault entende que o louco tem o seu discurso rejeitado pela sociedade em função de que não produz coerência, na concepção atual, para ser entendido. Não há o processo lógico da razão neste discurso, portanto ele é deslegitimado, assim como o seu pronunciador. (FOUCAULT, 2005: 10-11)

É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada - rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingênua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia (FOUCAULT, 2005: 11).

Para Foucault, a relação entre a idéia do que é racional e de seu oposto, a loucura, promove uma forma de exclusão do discurso, desqualificando o discurso do louco de qualquer possibilidade de fixação de sentido e de participação em sociedade.

O terceiro procedimento de controle do discurso é a vontade de verdade. Foucault considera arriscado afirmar a oposição entre verdadeiro e falso como um terceiro sistema de exclusão. Para ele, é difícil separar a força da verdade de separações arbitrárias que se organizam sob contextos históricos que são modificáveis, e estão em perpétuo deslocamento, e, além disso, este jogo de verdadeiro e falso é sustentado *por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência*” (FOUCAULT, 2005: 14). Falando sempre sobre a nossa sociedade, Foucault crê que a vontade da verdade apoiada sobre um suporte institucional e distribuído pelas instituições, *“tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.”* (FOUCAULT, 2005: 18) Dessa forma, há algo que está encoberto por esta relação entre verdadeiro e falso, há uma vontade permanente de traçar o

que é verdadeiro que, por sua vez, define o que é falso: e coage conseqüentemente os diversos discursos a se alinharem ao seu sentido, para assim, receberem o sentido de verdade.

Ora, essa vontade de verdade como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade como é valorizado, distribuído e, como repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2005: 17)

Essa vontade de verdade produz uma demanda aos outros discursos, eles devem se basear na verdade proposta ou não serão aceitos como discursos verdadeiros. Todos os discursos, para se legitimar, acabam por se alinhar ao que a vontade de verdade apontou como verdadeiro.

Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também - em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suporte ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 2005: 18-19)

Dessa forma, Foucault reconhece o terceiro sistema como o mais trabalhado por ele, e isso se dá, porque, para ele, os dois primeiros procedimentos, há séculos, orientam-se em direção a esta vontade de verdade. Em contrapartida, esta vontade procura retomar os primeiros para modificá-los e fundamentá-los. Enquanto os primeiros se tornam mais frágeis e incertos por serem atravessados pela vontade, esta se reforça, tornando-se mais profunda e mais incontornável (FOUCAULT, 2005: 19). Contudo, é sobre a vontade da verdade que menos se fala. Neste sentido, aparece aos nossos olhos uma verdade e a buscamos através do discurso, no entanto, ignoramos a vontade de verdade. Descrita como prodigiosa maquinaria, esta vontade estaria destinada a excluir todos aqueles que procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade – lá onde, principalmente, esta verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (FOUCAULT, 2005: 20) Este último procedimento com certeza é o mais importante para entender como o discurso jornalístico do *Correio do Povo* exerce seu poder em outros discursos, pois tomando a posição de verdade, o jornal desloca todos os outros discursos a serem coerentes com o seu discurso, aqueles que não estão alinhados ao seu discurso são falsos, inverídicos e ou menos racionais. Partindo do entendimento destes procedimentos de exclusão e controle do discurso,

pode-se pensar no método de análise das fontes. Foucault propõe fazer as análises segundo dois conjuntos: o crítico e o genealógico (FOUCAULT, 2005: 60).

O conjunto crítico procura cercar as formas de exclusão, da limitação, da apropriação; mostrar como se formaram, para responder a que necessidade, como se modificaram e se deslocaram, que forças exercem efetivamente, em que medida foram contornadas. Estuda o processo de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos (FOUCAULT, 2005: 61-62). Neste trabalho, me ateei principalmente a este grupo de análise, enfatizando a percepção sobre as funções de exclusão, sobre os sistemas de interdição da linguagem e (principalmente a vontade de verdade) como este se realizou, como se repetiu, se reconduziu, se deslocou essa escolha da verdade no interior da qual nos encontramos, mas que, de acordo com Foucault, renovamos continuamente (FOUCAULT, 2005: 61-62).

O conjunto genealógico procura entender como se formam, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos. Quais são as normas específicas de cada uma e quais foram as condições de aparição, de crescimento, de variação (FOUCAULT, 2005: 60-61), procurando perceber a formação efetiva dos discursos, sendo esta, ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular (FOUCAULT, 2005:65).

Pensando no Movimento Estudantil como um movimento social, que se expressa na sociedade através de sua mobilização buscando a resolução de suas demandas e reivindicações, é possível perceber que isto irá se refletir dentro do jornal na forma dos chamados “problemas estudantis”. Este termo se configura como um discurso do jornal acerca das questões educacionais que afligiam o país, e a resposta dos estudantes a estas questões e a e as medidas tomadas pelo governo para resolvê-las. Partindo deste objeto e dos pressupostos de Foucault, procederei com uma análise das reportagens envolvendo o Movimento estudantil universitário do Rio Grande do Sul, pensando em como se expressa no discurso jornalístico do *Correio do Povo*, os procedimentos de controle e exclusão do discurso, Para, assim, compreender quais são os sentidos e significações atribuídas pelo jornal.

CAPÍTULO 3: ENTRE REJEITADOS E SEPARADOS

3.1 AS INTERDIÇÕES E OS INTERDITADOS

O ano de 1968 começa tumultuado nos meios estudantis. No final de 1967, o governo anunciara a formação de uma comissão que iria estudar os “problemas estudantis”, o que repercutiu mal nos meios estudantis em função de seu caráter militar. A maior parte da comissão era de militares, sendo o seu presidente, o General Meira Mattos, o principal alvo de críticas. A comissão acaba ficando conhecida pelo nome de seu presidente. No dia 5 de janeiro, o jornal *Correio do Povo* publicava a repercussão negativa da Comissão Meira Mattos, afirmando que os estudantes da Guanabara, tanto de esquerda quanto de direita haviam publicado uma “*nota oficial de protesto contra a presença de “policiais” em uma comissão para tratar de assuntos estudantis*”(CP 78-05.01.1968. p.4). Porém, a tônica da reportagem está na defesa do ministro da educação Tarso Dutra à participação dos militares na comissão:

O ministro da educação Sr. Tarso Dutra, referindo-se ao decreto presidencial[...] disse que ‘*as críticas formuladas contra a característica militar de alguns de seus membros são inteiramente infundadas e injustas*’. Acrescentou que essas críticas ‘*correspondem a um odioso preconceito, porque militar também é brasileiro e patriotismo não é privilégio de nenhum setor da comunidade nacional*’(CP 78-05.01.1968. p.4).

Alguns dias após a publicação desta notícia, o jornal voltava ao tema com uma nova reportagem. Desta vez, a notícia era de capa e com a mesma ênfase anterior, sob a manchete “*Ministro diz que a discriminação é de todo injusta e até ridícula*”. A reportagem afirmava que os membros da comissão eram do mais alto gabarito moral e intelectual. Desta forma, não tinha importância a farda que vestiam, e sim o que poderiam fazer pelo país.

Militar ou civil é sempre brasileiro com idênticos direitos e as mesmas franquias. Quem quiser discriminar, no caso, estará assumindo posição condenável do ponto de vista jurídico e cível. [...] Há aí um manifesto espírito oposicionista que em tudo procura atingir o governo e desviá-lo de seus caminhos, na obra de reconstrução que realiza. Dentro em breve, estarão querendo distinguir, também, entre homens e mulheres, brancos e pretos, sacerdotes e leigos. (CP79- 06.01.1968)¹⁶

O jornal promovia, assim, uma defesa às medidas tomadas pelo governo, e embora pareça uma reprodução simples da fala do ministro, esta reportagem não apresenta nenhuma contraposição de idéias, ficando explícito um sentido de apoio à comissão e de deslegitimação

¹⁶ Anexo 5.

dos seus críticos, apresentando-os como preconceituosos e ridículos. Como será que se constrói esta relação de negação e afirmação de sujeitos? E que sentido este discurso procura alcançar?

De acordo com Foucault, as duas formas de discurso que mais sofrem o processo de interdição, na nossa contemporaneidade, são a sexualidade e a política (FOUCAULT, 2005:9). Neste caso, importa-nos pensar como ocorre o discurso político dentro do jornal *Correio do Povo*, e como se expressam as suas formas de interdição. Céli Pinto afirma que o discurso político é, por excelência, o discurso de afirmação do sujeito.

A característica fundamental do discurso político é que este necessita, para sua sobrevivência, impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória. (PINTO, 2005: 89)

Para a autora, o discurso político tem lados, pois apresenta diferentes visões e ideologias, dessa forma, ele precisa se construir como um sujeito, já que procura mostrar seu posicionamento dentro da sociedade, no entanto, essa construção se faz em contraposição ao outro, aos outros sujeitos sociais que disputam o poder do discurso.

É um discurso que tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive através da polêmica, vive através da desconstrução do outro. Essa é uma questão fundamental para entendê-lo, porque o que ele faz é desconstruir o outro, para se construir. Porque, se ele não desconstruir o outro ele não tem condições de construir a si próprio (PINTO, 2005: 92).

O discurso político se faz através da afirmação de um sujeito e da negação dos outros. Para a autora, todo o discurso tenta impor uma verdade sobre algo, constituindo-se, assim, como um poder. No entanto, a maioria dos discursos tenta esconder o desejo por este poder, enquanto que o discurso político explicita sua luta pelo poder. Neste sentido, o discurso político se diferencia do discurso jornalístico, pois este

se opõe ao poder sob a denominação de objetividade da investigação. A mídia para enfrentar a política constrói um discurso do saber muito próximo das regras que regem o discurso científico. O discurso jornalístico é um bom exemplo de um discurso, que passa por um discurso objetivo, mas é um discurso político (PINTO, 2005: 92).

Embora se apresente imparcial e neutro, o jornal *Correio do Povo* revela seu posicionamento através do discurso político implícito, e por vezes explícito, em suas reportagens. Para este trabalho é útil saber o posicionamento do *Correio do Povo*, mas o mais importante é perceber como este posicionamento político influencia o discurso acerca dos movimentos estudantis, quais sentidos provoca e como se dá o funcionamento deste discurso. Em um editorial do

Correio do Povo, do dia 21 de março, os editores comentam as comemorações de um ano de governo, do segundo mandato após a “revolução de 64”:

O movimento político-militar de 64 teve, antes de tudo, sobrelevadamente, uma finalidade de negação e de eliminação. Visou varrer, do cenário nacional, o processo de demagogia, agitacionista, corrupta e subversiva que ameaçava, em seus alicerces, a estabilidade sócio-econômico-política do Estado brasileiro. Era a incapacidade de governar construtivamente que, de sinistra maneira, se casava com torvos desígnios de camarilhas populistas e esquerdizantes. (CP141-21.03.1968 p4)

É perceptível neste trecho a contraposição do governo militar ao governo anterior, o qual é classificado como demagógico, agitacionista, corrupto e sujeito a “camarilhas populistas e esquerdizantes”. Este não tinha capacidade de governar construtivamente, dessa forma, o discurso coloca o governo militar como oposto às características do governo anterior, legitimando a tomada de poder. Em outra reportagem, elementos parecidos percorrem o discurso jornalístico do *Correio do Povo*. Após a morte do estudante Édson Luís, durante uma manifestação, no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968, diversas protestos e comoções ocorreram no Brasil, por esta razão, o governo do estado temia uma manifestação em Porto Alegre. No dia 2 de abril de 1968, o *Correio* publicava na sua contracapa uma manchete com sentido de aviso “*Governador afirma que não permitirá quebra da ordem*”. Na reportagem está redigida a fala do ministro da justiça, o qual avisa que,

[...] preparam-se para amanhã manifestações de rua que se anunciam como promovidas por estudantes brasileiros, profundamente chocados com a trágica e sentida morte de seu colega.

Contudo, as autoridades federais estão seguramente informadas de que conhecidos agitadores políticos suspeitos, pessoas justamente punidas pela Revolução e comunistas notórios, estão se aproveitando dessa situação e pretendem orientar as manifestações estudantis com o objetivo de atingir as autoridades constituídas, provocar alteração da ordem e atentar contra o patrimônio público e particular e o regime democrático.

De outro lado, adversários do atual governo, inconformados com o regime do país e que é de liberdade, de respeito e de dignidade da pessoa humana e da verdadeira justiça social a pretexto de se solidarizarem com os estudantes, querem apenas tirar vantagens políticas, a custo do ideal da juventude.(CP 151 – 02.04.1968 p22)¹⁷

Nesta fala, fica perceptível a relação de contraposição entre governo militar e seus adversários políticos. Além dos antigos agitadores, aparece uma contraposição a outro elemento, os comunistas. Embora esta seja uma reprodução da fala do ministro da justiça, o jornal acaba por apoiar explicitamente no editorial da mesma edição, de nº. 151. Sob o título de *Governo, Rio Grande e Ordem*, os editores defendem a manutenção da ordem, e criticam as agitações produzidas em função da triste morte do estudante, o que, para o jornal, era uma torpe exploração do cadáver do acadêmico (CP 151 – 02.04.1968 p4). Neste sentido, o *Correio*

¹⁷ Anexo 6.

apresentava o seu discurso político através do que Céli Pinto chama de lógica de equivalência. Para entender como se processa o discurso político, é preciso refletir sobre o funcionamento das lógicas da diferença e da equivalência. A lógica da diferença é uma relação do pensamento em que temos por parâmetro as singularidades dos vários elementos existentes. A autora representa a lógica assim:

Lógica da Diferença

A # B # C # D

Para a autora, esta é uma lógica da positividade visto que a “*característica básica na lógica da diferença é a de que os sentidos envolvidos têm positividade, isto é podem se definir sem referência ao outro*” (PINTO, 2005: 99). Dentro desta lógica cada sujeito se constrói sem a necessidade do outro.

A lógica da equivalência é diversa a da diferença, e é constantemente usada pelo discurso político. A autora a representa desta forma:

Lógica da Equivalência

A negação de B

A negação de C

A negação de D

A negação de B = C = D

Esta lógica pressupõe a diferenciação entre o elemento que se quer afirmar a todos os outros elementos que se queira negar, constituindo por fim uma equivalência entre todos os elementos negados. Para se entender melhor, é possível inserir o contexto estudado dentro desta lógica. O elemento político afirmado pelo jornal é o governo militar, este não é igual aos governos demagógicos e corruptos anteriores à “*revolução de 64*”, também não é igual aos comunistas. Desta forma, o governo militar não é igual nem aos políticos demagógicos e nem aos comunistas, enquanto que estes são iguais.

Lógica da Equivalência

Governo militar negação de Políticos demagógicos e populistas

Governo militar negação de Comunistas

Governo militar negação de Políticos demagógicos e populistas = Comunistas

É através desta lógica que o jornal afirma o seu discurso político, quando se contrapõe aos “*demagogos*” e comunistas, alinhando, assim, o seu posicionamento ao do governo militar. Nesta lógica é que se dá um modo de interdição dentro do discurso político do jornal *Correio do Povo*. Aos estudantes fica interdito um discurso de oposição política. Poucas vezes aparecera a fala estudantil com este teor no jornal, e, permanentemente, quando ocorre no discurso do jornal referências aos movimentos estudantis de oposição, estes são relacionados

com os contrapostos ao governo militar, os políticos demagógicos ou os comunistas. Recebendo, assim, a alcunha de subversivos.

Essa forma de interdição ocorre de diversas formas e em diversos momentos, e quanto mais a movimentação estudantil se avoluma, mais recorrente se torna sua aparição no discurso jornalístico do *Correio do Povo*. Em uma reportagem da seção *Crônica policial*, evidencia-se uma notícia sobre a prisão dos estudantes do diretório acadêmico de Caxias, no dia 24 de março de 1968. Os estudantes teriam produzido panfletos criticando os acordos MEC-USAID e a posição anti-democrática do governo¹⁸, e distribuído para os calouros. Sob o título “*Dops determina detenção de estudantes em Caxias do Sul*” o jornal dá sua versão dos fatos:

[...]o Centro Acadêmico Affonso Celso, por seu presidente e secretário, expediu uma circular aos calouros, saudando-os pelo seu ingresso na faculdade ao mesmo tempo em que colocava-os a par da posição política do CAAC, de frontal oposição ao governo e à Revolução de 64. Alguns professores agastados com o fato, resolveram convocar a congregação da Faculdade, órgão diretivo, para estudar a possibilidade de intervenção no aludido centro acadêmico.

Isto fez com que os líderes de esquerda passassem a “aconselhar” os mestres a não comparecer à reunião, fazendo inclusive, ameaças veladas sobre a segurança pessoal e de familiares dos professores (CP144-24.03.1968 p5)¹⁹

Além de haver nesta reportagem a idéia de crítica política como um caso de polícia, há também a contraposição entre governo e a posição do diretório acadêmico, relacionado a idéias de esquerda e de violência. A principal forma com que esta interdição se manifesta é na vinculação do movimento oposicionista a elementos que já tenham uma conotação negativa dentro da sociedade. Como dito anteriormente, os contrapostos do governo militar: políticos demagógicos e comunistas. Com relação ao movimento estudantil, o principal exemplo a ser citado sobre esta contraposição é a relação construída entre o Projeto Rondon e a UNE. No texto de Alberto Gosch²⁰, é possível perceber a construção de uma identidade do passado exemplificado pela UNE, e a identidade do presente promovido pelo governo militar através do Projeto Rondon. O antes e o depois de 64 na vida estudantil brasileira.

No ontem, o “estudante” universitário ou secundarista, filiado à UNE, que promovia a discórdia e a inimizade, a discussão e a malquerença, o desrespeito e a agitação, a revolta e a exacerbação. Que trazia o estudante, longe do livro, em constantes assembléias ou, pelas praças e ruas, estendendo faixas incitamento, convocando para comícios, pixando monumentos, públicos ou particulares[...] agitando operários e estudantes e se esforçando por estabelecer a confusão e o ódio, entre patrões e empregados.

No hoje, o estudante, em ambiente de paz e trabalho, junto aos livros – fiéis conselheiros, mestres da alma, governadores do corpo – consagrados ao estudo, realizando experiências preparando-se para pesquisas divisando novos horizontes, aprofundando conhecimentos [...] numa sociedade de harmonia e amizade, em busca

¹⁸ Notícia publicada anteriormente no *Correio do Povo* nº.142 - 22.03.1968 p11.

¹⁹ Anexo 7.

²⁰ Colunista do jornal *Correio do Povo*.

de maior saber para levar, amanhã, sua experiência, sua cultura, seu discernimento aos mais necessitados[...].
 Ontem, era a UNE, que abertamente pregava o marxismo, catequisava indefesos estudantes[...]. Hoje, o “Projeto Rondon”, [...] prega a paz e o auxílio, a ajuda e o amparo e desloca universitários de todo o país[...] para socorrer irmãos nossos, melhorar suas condições sociais e “motivar a juventude num programa de integração nacional.(CP 89-18.01.1968 p11)

A UNE desta forma se configurava como um órgão representativo da violência e do ódio, a serviço do comunismo mundial, enquanto o novo governo, representado pelo projeto Rondon é de todo bom, principalmente porque mantém os estudantes nos seus verdadeiros afazeres, o de estudar, de estar próximo dos livros. Neste sentido, ocorre o estabelecimento, outra contraposição, o do estudante político, ligado às assembleias e manifestações, e de outro lado o estudante verdadeiro que se interessa apenas em aprender para o trabalho e, assim, desenvolver o país. Esta ótica vai predominar no “diálogo com os estudantes”. Após as grandes manifestações estudantis de março e abril de 1968, ocorridas principalmente após a morte do estudante Edson Luís, torna-se cada vez mais forte no jornal uma defesa do “diálogo com os estudantes”. No entanto, este diálogo teria regras, bem exemplificadas pelo leitor²¹ do *Correio do Povo*:

[...] as autoridades educacionais estariam dispostas a dialogar com todas as correntes estudantis, à procura de uma solução definitiva para seus problemas. [...] De momento preocupa-nos a autenticidade da representação estudantil a ser ouvida. Evidente que não há de ser a corrente que tem sido a maior responsável pelos males que afligem os estudantes, a mais apta para falar em seu nome. Se já não bastasse a inexpressividade quantitativa, há a qualificativa a se considerar. De seu meio é que tem saído as maiores arruaças, denunciando que há outros interesses que não os ligados ao ensino, a lhes inspirar. Estão aí os incêndios de carros oficiais; as correrias que impuseram à polícia da Guanabara mais uma vez; o quase massacre do oficial da Brigada, aqui mesmo, em plena rua da Praia. Os que são pela gratuidade do ensino,[...] Os que inauguram no seu setor, a mais deslavada corrupção[...] Poderão ser consideradas equivalentes à opinião de uns e outros? Onde ficarão os méritos dos que souberam se guardar, em suas legítimas reivindicações, das explorações ideológicas e políticas? [...] Não resta dúvida foram os falsos e maus estudantes os que mais comprometeram a causa dos autênticos. (CP 191-21.05.1968 p.4)

Neste trecho, publicado em 21 de maio de 1968, estão concentrados diversos sentidos promovidos pelo discurso do jornal e que podem ser percebidos pela fala do leitor. As regras do diálogo devem ser seguidas pensando na legitimidade dos representantes dos diferentes movimentos estudantis. Primeiro, deve-se pensar na quantidade de estudantes representados, logo a idéia de minorias dentro dos estudantes. Em segundo lugar, no seu caráter qualitativo, que é definido pelo seu posicionamento político, já que sua forma de atuação mostra que há outros interesses diferentes ao ensino. Estes são os culpados pelas violências. Estes, portanto,

²¹ Publicado na seção *Correio do Leitor* do jornal.

não são iguais aos outros que realmente lutam pelas reivindicações legítimas do estudantado. Esta forma de fala é percebida em diversos outros momentos. Na fala do padre Eugene Charboneau²², em 19 de maio de 1968, ele afirma que os movimentos estudantis são válidos desde que visem reformas legítimas. Embora ele estivesse falando sobre os movimentos estudantis da França, ele afirma que este é um fenômeno da juventude mundial, globalizando, assim, o tema do “problema estudantil” (CP 150- 19.05.1968 p.7).

É dessa forma que se resolveria os “problemas estudantis”: com um diálogo no qual só estariam autorizados a falar aqueles que representassem os interesses reais dos estudantes. Dessa forma, tanto o discurso político era negado para os movimentos estudantis de oposição, quanto o próprio discurso de reivindicação do estudantado. Devido ao seu posicionamento político, os movimentos estudantis de esquerda perdem, do ponto de vista do jornal, a legitimidade de participar do debate e dos diálogos sobre os “problemas estudantis”. Para estes resta apenas a repressão.

3.2 A SEPARAÇÃO DAS GERAÇÕES E OS REJEITADOS DO DISCURSO:

UMA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE

O ano de 1968 é marcante sob diversos pontos de vista. No meio de um clima de realidade “nua e crua”²³ das guerras e conflitos ideológicos, se assomou um movimento simples e por demais ousado, um movimento para concretizar pensamentos. Utopia para uns, realidade possível e conquistável para outros. O ano que parecia materializar a máxima do “lutar pelo que se quer” viu diversos movimentos sociais nascerem, onde “a contestação, a rebeldia e insatisfação foram traços comuns nas múltiplas manifestações” (PADRÓS, 2003:11). O contexto de inconformismo com os valores conservadores, com o autoritarismo dos governos, com as guerras, com o capitalismo, e o reconhecimento de ações modificadoras da sociedade - como a revolução Cubana - tornaram-se uma base comum dos diversos movimentos estudantis e sociais, que marcaram este ano (PADRÓS, 2003: 11). O ano de 1968 tornou-se a marca de uma geração.

²² Teólogo e educador, que proferiu palestras em Porto Alegre a convite do Movimento Familiar Cristão. Na ocasião foi entrevistado pelo *Correio do Povo* (CP 150- 19.05.1968 p.7).

²³ Gíria usada por Flávio Alcaraz Gomes para classificar a realidade ou a verdade.

Para o *Correio do Povo* esta noção não é estranha. Embora imerso nos acontecimentos da época, não falta estranhamento no jornal quanto aos diversos movimentos que marcaram o ano de 1968. Esta idéia fica bem demonstrada na fala do prof. Flexa Ribeiro, diretor-geral do setor de educação da UNESCO:

a educação mundial vive hoje uma crise, que está ligada à crise mundial de juventude. Há revolta em quase todas as universidades. Não somente contra a organização das universidades, mas contra o próprio estilo de viver; contra a própria maneira da sociedade como está organizada [...] tanto na sociedade capitalista como no mundo socialista. Não é possível separar leste do oeste, nem hemisfério norte do sul. (*Correio do Povo* nº. 267-18.08.1968 p.11)

Com passar do ano de 1968, o “problema estudantil”, que era uma questão brasileira, começa a dilatar-se de forma a englobar os cada vez mais fortes e recorrentes movimentos estudantis em todo o mundo. Os estudantes não tinham reivindicações somente no Brasil, por todo o mundo assomavam agitações e revoltas estudantis. O marco deste momento no jornal é entre os meses de março, abril, maio e junho de 1968. Os estudantes da Polônia, e as manifestações dos estudantes brasileiros no final de março, nas quais, em uma delas, foi morto o estudante Edsón Luís, dão a tônica deste mês²⁴. O abril brasileiro acaba se tornando uma convulsão de diversas manifestações, algumas delas em Porto Alegre, decorrentes principalmente da morte do estudante. A continuidade deste movimento se faz pela repressão e séries de revoltas estudantis mundiais, dentre as quais está o maio francês. O clímax de todos estes acontecimentos para os brasileiros é no final de junho, quando ocorre a Passeata dos Cem Mil. Isso não quer dizer que não haveria movimentos anteriores a estes meses, porém é a efervescência de uma grande quantidade deles num mesmo momento, que marca a conjuntura dentro do jornal. O *Correio do Povo* precisava entender e explicar os estudantes no geral. Era preciso compreender porque a juventude estava tão revoltada. Neste ponto, onde a busca da verdade tentava entender o que se passava na juventude mundial e brasileira, acredito se manifestar outra forma de interdição que parece mais sutil, porém, mostra-se a mais limitadora e controladora do discurso sobre os “problemas estudantis”.

Foucault considera que um dos procedimentos de exclusão do discurso vem da contraposição entre a razão e a loucura. Para o autor, o louco é separado da sociedade em função de sua fala. O seu discurso é rejeitado, já que ele não apresenta nenhuma relação racional, ou seja, não produz sentido (FOUCAULT, 2005:11). Foucault fala de loucura, principalmente, porque é um de seus objetos de pesquisa, e, também, por ser o louco o “oposto” ao indivíduo racional. No entanto, eu acredito que este mesmo procedimento possa

²⁴ CP148-29.03.1968 p1; CP149-30.03.1968 p1. Entre outros.

se manifestar de forma mais amena e não tão drástica, quanto à separação entre razão e loucura, mas até certo ponto eficaz em separar e rejeitar discursos. Deste “procedimento-jogo” não se produziria o sujeito nulo ou rejeitado do louco. Nele, se classificariam os indivíduos, como se pudéssemos afirmar um grau hierárquico de racionalidade entre diferentes sujeitos, e isso fosse um parâmetro para dar maior ou menor credibilidade às pessoas. Acredito que este jogo se expressa no momento estudado e permeia os diversos discursos produzidos acerca do movimento estudantil, no entanto, ele começa a se tornar mais evidente com o aumento das manifestações e protestos entre março e maio de 1968. Este “jogo” se dá na oposição entre jovens e adultos.

Março começa com as manifestações estudantis na Polônia, e estas notícias são continuamente trabalhadas pelo jornal, principalmente, por tratar-se de um movimento estudantil em oposição ao regime comunista polonês²⁵. Ainda não havia ocorrido grandes manifestações estudantis; se percebiam, principalmente, reclamações quanto ao trato do governo com as reivindicações do estudantado²⁶ sobre o problema dos excedentes, da falta de vagas e das dificuldades de diálogo com as autoridades, entre outros. Enquanto isso, o *Correio do Povo* publicava em seu editorial considerações acerca do progresso produzido pela “revolução de 64” em oposição ao governo anterior, no qual “*a UNE corrompia e desatinava a mocidade estudantil*”²⁷ (CP141-21.03.1968 p4). Uma das características básicas dos estudantes é sua condição de jovem. Esta juventude e/ou mocidade aparece em diversos momentos no jornal associada à idéia de ser corrompida ou manipulada. Por que somente a juventude era manipulada ou controlada, o que a diferenciava dos adultos?

Após as manifestações em Porto Alegre, por razão da morte Edsón Luís, o jornal *Correio do Povo* publicava a fala do DCE - PUC, o qual dizia aos estudantes para que “*não se deixem levar pelos extremistas que nessas ocasiões se aproveitam do idealismo estudantil para promover agitações estéreis e intranqüilizar a nação*”(CP152-03.04.1968 p20). Em fevereiro do mesmo ano, Faria Guimarães, colaborador do CP, já avisara sobre este “problema”, afirmando que “*a juventude, desorientada e perplexa diante dos problemas de hoje, sem a tutela dos mais velhos – responsáveis em larga medida pelos males atuais – se atira ao miilismo e ao esespero. Quando não à imoralidade, à delinqüência e ao crime*” (CP111-14.02.1968 p6)²⁸. Estes discursos falam de uma juventude frágil, construindo um

²⁵ CP131-09.03.1968 p1; CP135-14.03.1968 p1; CP138-17.03.1968 p2; CP138-17.03.1968 p7; CP139-19.03.1968 p1; CP142-22.03.1968 p1; CP143-23.03.1968 p1.

²⁶ CP106.08.02.1968 p11; CP108.10.02.1968 p9; CP108.10.02.1968 p9 são alguns exemplos.

²⁷ Este mesmo trecho será repetido na integra no editorial do CP n°.150 – 31.03.1968 p4.

²⁸ Anexo 8.

sentido de que os jovens são idealistas; no entanto, pela falta de orientação dos adultos, se deixam levar à delinqüência e ao crime, por extremistas e aproveitadores. Mas a juventude, nos discursos produzidos, não é somente ingênua e idealizadora, ela tem outras características que motivam suas ações. No Correio do leitor, seção de cartas do público leitor do CP, um “observador”, com relação à “juventude alucinada”, afirma que:

Sem mencionar o recente e doloroso acidente na Praia de Belas, onde cinco jovens perderam a vida [...] muitos outros acidentes poderíamos mencionar, frutos da imprudência da juventude de hoje que quer devorar o tempo e as distâncias, servindo da força auto-motriz sem medir as conseqüências. [...] Infelizmente, esta é a juventude que não quer mais ouvir os conselhos de prudência dos velhos pais, porque para eles o termo prudência está superado e não tem mais sentido em sua moderna terminologia. Essa é a juventude hodierna que promove em todos os recantos do mundo manifestações públicas de protestos, de rebeldia, de revolta contra tudo e contra todos, sem explicar convenientemente o que querem. (CP nº.189 -18.05.1968 p.4)

A juventude também é imprudente e inconseqüente; é ela que não quer escutar os avisos prudentes e sensatos dos mais velhos. Ela não tem objetivos claros, apenas revolta-se contra o mundo moderno. O padre Chaborneau afirma algo parecido em sua entrevista ao *Correio do Povo*, no dia seguinte à publicação da carta do leitor. Para o padre vive-se “*uma época de tensão entre forças opostas. Estão frente à frente uma moral formalística e uma moral subjetivista [...] a juventude está rejeitando uma moral que não satisfaz mais e ainda não encontra nada efetivo para substituí-la*”²⁹. A juventude não tem objetivos concretos, pois sabe que não quer a “moral formalística”, mas não sabe o que colocar no lugar.

Portanto, a juventude é idealista, inexperiente, insensata, imprudente e inconseqüente, atributos opostos aos dos adultos que, devido à sua experiência de vida, são mais sensatos e prudentes. Os jovens não querem escutá-los, pois rejeitam a moral dos adultos. Isso possibilita que estes jovens sejam alvos fáceis de agentes manipuladores que se utilizam de suas características de mocidade para controlá-los e agitá-los contra a ordem estabelecida. É possível acompanhar pelo jornal parte da repercussão dos movimentos estudantis do final de março dentro da assembléia legislativa do Rio Grande do Sul. Dentre as várias falas, destaco a do deputado Getúlio Marcantônio, o qual afirmou que “*os estudantes tem ideais e buscam a liberdade. É por isso que estudantes da Tcheco-Eslováquia, da Polônia e da Espanha, lutam contra as ditaduras naqueles países. Mas no nosso país, o movimento está comandado por agentes estranhos à classe estudantil*” (CP153-04.04.1968 p7). A idéia de que os estudantes estão sendo comandados ou controlados é comum. Quando o ministro da educação, Tarso Dutra estava em Porto Alegre em 7 de abril de 1968, respondendo a uma pergunta acerca da agitação estudantil, ele afirma:

²⁹ CP190-19.05.1968 p.7

que os problemas estudantis ocorrem em toda parte – Tcheco-Eslováquia, Polônia, Espanha, Estados Unidos, etc. – não sendo, portanto, algo de próprio do Brasil. Frisou, entretanto, que apenas uma minoria é realmente subversiva, conduzindo os demais e usando, para tanto, de motivos que sempre sensibilizam (CP156-07.04.1968 p20 contra-capas)³⁰.

É explícita, neste trecho, a idéia de que alguém, ou uma minoria, conduz o restante da mocidade. E ele persiste nesta idéia, na mesma entrevista. Quando é perguntado sobre a greve dos estudantes de medicina da URGs, em protesto ao corte de verbas, ele responde afirmando que esta atitude é uma insolência, pois,

Há três dias os estudantes me procuram, acompanhados por professores, sendo que o assunto foi definitivamente resolvido. Ora, o acordo não pode ser cumprido em três dias, ainda mais que estou longe do Ministério. Ou há alguém dirigindo os estudantes, ou estão mal situados ou pouco esclarecidos de como se processam os serviços de um ministério (CP156-07.04.1968 p20 contracapa).

De uma forma ou de outra, os estudantes estão errados, ou por serem pouco informados, ou por estarem servindo de massa de manobra para alguém. Dentro deste pensamento, o editorial do jornal *Correio do povo*, do dia 10 de abril, mostra melhor este sentido atribuído à juventude. Sobre a fala de Costa e Silva em Pelotas, o jornal afirma:

em meios às evocações históricas e às palavras de sensibilidade agradecida, foi, sobretudo de alta oportunidade e de singular expressão, o que disse especialmente à juventude do Brasil. Na hora em que tantas vezes surgem tentativas de arrastar o idealismo, o ímpeto natural, a audácia e o destemor dos jovens para a agitação e o tumulto, para a destruição e a baderna, o Presidente Costa e Silva, proclamando sem meias palavras que o mundo vive uma fase de mudanças, uma fase em que não tem mais lugar o comodismo e a indiferença em face dos problemas sociais agravados, bem caracterizou o papel dos moços (CP158-10.04.1968 p4).

A juventude recebe um sentido permanente, que a classifica com diversas características boas e ruins, e opostas aos adultos. Desta maneira, se forma uma oposição entre o jovem inexperiente, idealista, insensato, que se deixa levar pelas emoções e por seu ímpeto natural de querer mudar o mundo, e o adulto que com sua experiência é mais sensato e prudente, portanto, mais racional. Esta contraposição poderia ser compreendida como um “choque de gerações”, como afirma Fay de Azevedo³¹, onde estariam “*de um lado, os mais velhos com as soluções ‘clássicas’ e de outro os jovens, com idéias próprias e que não aceitam tutelas*”(CP161-14.04.1968 p7). Outra amostra desta idéia está nos dizeres “*O futuro ameaça o presente*”³², título da propaganda de lançamento do livro de Flávio Alcaraz Gomes, *Rebelião dos Jovens: Paris 1968*. No entanto, acredito que dentro da ordem do discurso esta

³⁰ Anexo 9.

³¹ Colunista semanal da seção *Semana Política*, do *Correio do povo*.

³² CP273-25.08.1968 p.10. Anexo 10

contraposição entre jovens e adultos se afirma como um procedimento controlador do discurso. Ainda que menos forte que a relação entre loucura e razão de Foucault, o procedimento é o mesmo, porém, ocorre entre o mais racional e o menos racional. É desta forma que se manifesta este “jogo” de discursos, no qual se concede maior autoridade às opiniões dos adultos em detrimento dos mais jovens. Esta escala provoca uma forma de controle sobre o discurso produzido pelos jovens, visto que atribui uma maior autenticidade, legitimidade, ou racionalidade ao discurso do adulto.

Este “jogo” de quem é mais racional, se dá na classificação e significação do jovem como um ser inexperiente, idealista, passional e insensato, e, por estas razões, mais fácil de ser manipulado ou corrompido por agentes do comunismo ou pelos políticos de oposição ao governo, ou pelos falsos estudantes, os subversivos. Neste ponto, a partir da lógica de equivalência, convergem os procedimentos de Interdição e o de Separação/rejeição, visto que aqueles estudantes que promovem a oposição ao governo são os controlados e manipulados. Dessa forma, não terão o direito à fala, pois além de serem menos racionais, estão servindo a políticos demagógicos ou a comunistas, ou seja, suas reivindicações servem às mais vis intenções. Os estudantes têm o seu discurso rejeitado e nem merecem ser escutados. Para se receber o direito à fala é preciso que seu discurso seja considerado sensato e racional, e ter estas qualidades era, para o jornal, estar alinhado ao governo militar. É possível fazer críticas, mas desde que elas sejam legítimas, ou seja, representem realmente as reivindicações dos estudantes. Pode-se dizer, portanto, que é por esta razão que os movimentos estudantis situacionistas recebem o direito ao discurso dentro do jornal, como o manifesto sobre os distúrbios estudantis, do presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE-RS), o estudante Adalberto Pasqualotto. Ele afirma que:

Com a morte do estudante Edsón Luiz, incontestavelmente, um objetivo foi atingido. Há certa corrente de opinião entre o estudantado brasileiro, quem sabe até integrada por alguns moços inteligentes e patriotas – só que muito mal orientados – que há muito tempo vinha tentando obter um mártir para a causa difícil de derrubar um governo.

Movimentos como Ação Popular, Movimento Contra a Ditadura, Partido Comunista, estão exultantes nesta hora triste e armando um novo esquema de ataque, que preverá novas manifestações violentas em 21 de abril e 1º de maio. Contam agora com o trunfo importantíssimo: uma camisa manchada de sangue (CP158-10.04.1968 p11).

O discurso de Paqualotto reproduz os diversos elementos anteriormente trabalhados. É uma reprodução quase que total dos sentidos produzidos pelo jornal e pelas autoridades. Alinhado à política governamental, é possível entrar na ordem do discurso jornalístico do *Correio do Povo*, e assim, as críticas “racionais e legítimas” podem ser feitas:

Pela mente criminosa de alguns, pela incompetência de outros e pela inocência de uma grande maioria, coisas como o assassinato de Édson Luiz acontecem no Brasil. Mas a grande culpa não cabe a nenhum deles, exclusivamente. O obsoletismo das nossas instituições universitárias, a mediocridade de certas autoridades do setor educacional – que atingem até mesmo o cargo de Ministro da Educação e Cultura – é que são a origem da desordem, da incompreensão e da violência no meio estudantil (CP158-10.04.1968 p11).

A crítica existe e pode ser feita contra algumas autoridades, mas nunca contra o governo instituído. Mesmo assim, essas críticas devem ser legítimas, sua origem deve vir das “reais” reivindicações sobre os “problemas estudantis”. É dentro desta ordem do discurso que se processa o tão fomentado diálogo entre autoridades e estudantes³³. No entanto, este diálogo não tem um caráter igualitário, visto que ainda se mantêm uma hierarquia da razão. Estarão os jovens em diálogo com os adultos? O discurso mais racional provém dos adultos, e, por esta razão, terão o controle sobre as decisões. Cabe apenas às autoridades escutarem as reclamações dos estudantes e por fim tomarem a decisões que acharem corretas. Ao fim de seu discurso, Pasqualotto afirma:

Porque o futuro aos jovens pertence e porque a juventude, gradativamente, vai perdendo a confiança na geração que hoje nos governa. Os senhores governantes, é bom que atendem para isso. É bom que tomem isso como preocupação constante e que tratem de recuperar o terreno perdido. Nada deve ser mais doloroso do que receber um atestado de incompetência. (CP158-10.04.1968 p11).

Atentos às críticas e reivindicações, são os adultos que, ao fim, escolhem quais as mudanças mais sensatas para serem tomadas. Pois a eles cabe a palavra mais racional. Aos jovens cabe apenas apontar os problemas, pois sua condição de inexperiência dificulta-lhes a possibilidade de criar propostas de mudanças, que, quando ocorrem, devem ser ponderadas nos pontos mais e menos “sensatos” pelos adultos. Enquanto que uns são rejeitados e interditados pela ordem do discurso, os outros são separados do poder de produzir discursos, através do controle que o mesmo discurso exerce sobre eles.

3.3 1969, AINDA OS “PROBLEMAS ESTUDANTIS”

O ano de 1968 produz toda essa confluência de discursos, pelos quais cada sujeito – movimentos estudantis, governo militar, jornal - disputam o poder sobre esta palavra. Neste

³³ CP183-11.05.68 p11; CP 177-04.05.1968 p11; CP176 - 02.05.1968 p11; CP 196-26.05.1968 p.9. Entre outros.

contexto, o jornal, alinhado aos interesses do governo militar, produz sentidos acerca dos movimentos estudantis, estes acabam por perder o poder de produzir sentidos, devido à deslegitimação possibilitada pelo jornal, e pela repressão promovida pelo estado. Dessa forma, o ano de 1969 completa este processo de separar e rejeitar, calando os movimentos de oposição e controlando os movimentos situacionistas.

Os movimentos de oposição se enfraquecem³⁴, enquanto que os situacionistas permanecem ativos, mas sem grandes ações, respeitando a ordem do discurso. No entanto isto não quer dizer que os “problemas estudantis” acabaram. Na verdade, eles permanecem presentes, embora não haja grandes ações estudantis, os “problemas estudantis”, como as reclamações com a questão dos excedentes, por exemplo, mantêm-se e são realmente percebidos através das ações do governo. Em 1968, a principal força que apoiava as causas do movimento estudantil era a opinião pública (se é que se pode falar disso, mas era uma das preocupações do jornal³⁵), que expressava-se através do engajamento de outras camadas da sociedade não-estudantis, nas suas reivindicações e protestos, na preocupação com o corte de verbas, os excedentes e o futuro do desenvolvimento brasileiro³⁶.

Enfraquecido o movimento, era preciso convencer esta “opinião pública” de que o governo estava, realmente, atendendo às demandas estudantis. Neste sentido o jornal se esforça em mostrar a resolução dos problemas através de suas reportagens. A maior reclamação estudantil eram os cortes de verbas. O aumento de verbas era importante, pois solucionaria diversos problemas, como, por exemplo, a questão dos excedentes. Dessa forma, o ano de 1969 é marcado pela grande quantidade de pequenas notas falando sobre os repasses de mais verbas para a educação³⁷. O jornal passa, portanto, um sentido de que o governo estava resolvendo os “problemas estudantis”. No entanto, não é possível, neste momento, verificar se os dados afirmados pelo jornal são verídicos ou não; seria necessária uma quantidade maior de informações para trabalhar nas mudanças efetivas produzidas pelo

³⁴ Para Mendes Jr., os estudantes, sem possibilidades de qualquer forma de atuação política, decidiram pela luta armada contra o regime. Este fator e a repressão esvaziaram o movimento estudantil oposicionista (MENDES Jr., 1987:89).

³⁵ CP149-30.03.1968 p1. Na qual a manchete diz “Morte de estudante provoca repulsa geral da opinião pública”.

³⁶ Um exemplo é a carta de Clarice Lispector ao ministro Tarso Dutra pedindo mais verbas no *Caderno de Sábado*. Correio do Povo nº 113-17.02.1968 p2.

³⁷ CP84-09.1.1969 p.15; CP88-14.1.1969 p.17 outra; CP88-14.1.1969 p.17; CP90-16.1.1969 p.15; CP92-18.1.1969 p.11; CP97-24.1.1969 p.9; CP98-25.1.1969 p.11; CP100-28.1.1969 p.17; CP103-31.1.1969 p.10; CP103-31.1.1969 p.10. Esta é uma amostra apenas do mês de janeiro.

governo militar, neste ano. Além disso, esta não é a proposta do trabalho, importa, neste momento, apenas afirmar o sentido produzido pelo jornal no ano de 1969, que era de trabalho sendo feito. Enquanto as folhas jornalísticas estão cheias de movimentos e protestos no ano de 1968, no ano de 1969, o *Correio do Povo* está cheio de manchetes sobre mais verbas, de bolsas de estudo, de reformas, convênios e acordos, todos em apoio à educação. Para aquele que lia o jornal, ficava claro que o trabalho estava sendo feito, e se algo ainda não fora feito era porque as coisas não são feitas da noite para o dia, como afirma Tarso Dutra.

Através da Análise do discurso se percebem procedimentos que, em menor ou maior grau, excluem ou controlam o poder de discurso dos movimentos estudantis ao lhes atribuir diferentes sentidos. Alinhado aos interesses do governo militar, o jornal *Correio do Povo*, deslegitima os movimentos estudantis através dos sentidos atribuídos ao posicionamento político, e pelo caráter de juventude dos estudantes, interditando o discurso de uns e controlando o de outros. São os rejeitados e os separados do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando no papel ocupado pelos meios de comunicação na sociedade e, no caso, o jornal *Correio do Povo*, em sua credibilidade nos anos 60, pôde-se perceber o seu poder de formar sentidos e significações através de seu discurso. Nesta lógica, é importante para o movimento estudantil, ao ser pensado como um movimento social, que se faça visível dentro do jornal, para que assim, o grande público, ou a “opinião pública”, possa aderir as suas reivindicações.

Porém, este movimento estudantil não é um ser unificado, ele é composto por linhas divergentes tanto de ações como de idéias. Sabendo disso, o discurso jornalístico separará “o joio do trigo”, produzindo diferentes sentidos e possibilidades de ação para cada um. A análise do discurso possibilita perceber este “jogo” que o jornal produz em suas páginas. É através de procedimentos de exclusão e controle do discurso, apontados por Foucault, que o jornal fará este trabalho.

O primeiro destes procedimentos a se manifestar no discurso jornalístico, é exatamente aquele que também evidencia o discurso político dentro do *Correio do Povo*. O procedimento de Interdição se faz através do posicionamento político adotado pelo jornal, que, alinhado aos interesse do governo militar, se contrapõe às outras vertentes políticas. No jogo do discurso político, o sujeito se constrói através da desconstrução do outro. Atribuindo características opostas ao governo militar e seus inimigos e opositores, - no caso específico os políticos anteriores ao golpe de 64 e os comunistas – o jornal forma uma série de sentidos e significados benéficos à manutenção do poder do governo militar e para sua legitimação em contraposição a qualquer iniciativa de oposição. Haveria, de um lado, o governo militar e todas as suas características boas, e do outro, sua oposição interdita no discurso por todas as suas classificações negativas. Neste meio está o movimento estudantil de oposição. No jornal, o sujeito que fala é escolhido em detrimento das diversas outras falas, e aquele que recebe este direito de exclusividade deve respeitar as regras de interdição. O movimento estudantil de oposição não respeita estas regras, opondo-se ao governo, dessa forma ele se alinha aos comunistas e políticos demagógicos e por esta razão não terá o direito ao discurso. Isto não quer dizer que as ações deste movimento não aparecem no jornal; em alguns poucos momentos aparecem até suas idéias, porém, o jornal lhes dá e vincula um sentido ligado aos contrapostos políticos do governo militar, ou seja, a todos os sentidos vinculados aos

comunistas e políticos aproveitadores, demagógicos e corruptos anteriores a março de 1964. Dessa forma, as palavras e as ações do movimento estudantil oposicionista recebiam o sentido de invalidez, visto seu caráter manipulador, corrupto, violento e irracional.

Ao mesmo tempo, se conjurava outro procedimento de controle e exclusão do discurso, o que Foucault chamará de Separação e Rejeição. Para o autor, este procedimento se dá na relação entre razão e loucura. No entanto, defendo neste trabalho que este procedimento ocorre, também, de forma mais amena, e ainda assim eficaz. Esta relação pode ser simplificada na oposição entre o adulto e o jovem, a sensatez e a impulsividade, o presente e o futuro, o formal e o subjetivo, a tradição e a renovação ou revolução, na oposição entre razão e paixão. Desta maneira, se projeta uma forma de exclusão e controle do discurso sob o signo daquele que é jovem. Exatamente porque a juventude não tem as características da experiência e da racionalidade dos adultos é que seu discurso não é tão válido. O discurso acerca do jovem parece promover uma relação hierárquica entre jovens e adultos, classificando os adultos como tendo maior credibilidade, portanto são eles que tomarão as decisões. Os estudantes podem até reclamar legitimamente, mas fica ao encargo dos adultos tomarem as decisões mais sensatas. É este papel que resta aos estudantes que entram na ordem do discurso. Ao apresentar um discurso sensato e racional – ou seja, alinhado aos ideais políticos do governo militar – os movimentos estudantis situacionistas são escutados, porém estão separados das decisões, e do poder do discurso, visto que sofrem o controle permanente sobre o que se fala e produz.

Controlados os situacionistas e rejeitados e os oposicionistas, o discurso acerca do movimento estudantil se mostra eficaz no seu intuito de formar sentidos. Resta, portanto, ao governo desenvolver a repressão para uns e o diálogo para outros. Diálogo no qual não existem iguais, e sim os mais e menos racionais. No ano de 1969, é possível ver esta lógica se concretizando. Enfraquecidos os movimentos estudantis, cabe ao jornal apenas acalmar a “opinião pública” com relação aos “problemas estudantis”. Para muitos, o principal problema era o corte de verbas para as universidades brasileiras. Dessa forma, é possível ver no jornal uma grande quantidade de notícias sobre as melhorias na educação, ofertas de bolsa de estudo e, principalmente, o envio de mais verbas para educação. Sendo o problema das verbas simbolicamente resolvido, o discurso jornalístico acaba promovendo, através das constantes notícias de mais verbas, a resolução das reivindicações de parte do estudantado e a diminuição da preocupação da “opinião pública” quanto aos problemas da educação. Isto pode ser uma das causas do “esvaziamento” do movimento estudantil, no ano de 1969, além da própria

campanha discursiva contra as “agitações” lideradas por comunistas. Não haveria porque protestar se o governo estava cumprindo sua parte.

Outra importante reflexão é que, devido às possibilidades dos meios de comunicação em formar sentidos, “de fazer crer”, de angariar vontades ou de deslegitimar idéias, é de suma importância para uma pesquisa histórica, sobre um evento na contemporaneidade, que se faça um estudo sobre a participação dos meios de comunicação em determinado evento. Os meios de comunicação podem apontar a tônica dos caminhos tomados, da participação social e da reação a determinados acontecimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

- Jornal Correio do Povo, durante os anos de 1968, 1969 e 1970. (disponível no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa)
- GALVANI, Walter. *Um século de Poder. Os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Breno Caldas: meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal*. Porto Alegre – RS: L&PM Editores, 1987.

FONTES SECUNDÁRIAS

- ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível no movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. (Dissertação de Mestrado em História).
- ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas para seu uso para a pesquisa histórica*. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, v. 13. Porto Alegre, 1995, pp. 19-29.
- _____. *Uma aventura com o Última Hora: o Jornal e a pesquisa histórica*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo - SP: Edições Loyola, 1997.
- HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968 Contestação e Utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar 1964-1968*. Campinas – SP: Papyrus, 1987.

- MENDES Jr. Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Elementos para uma análise do discurso político*. 2005
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre – RS: Ed. UFRGS, 2003.
- SELL, Carlos Eduardo. *Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2008.

ANEXOS

CAPÍTULO 1:

Anexo 1



Anexo 2

“CORREIO DO POVO” — 74 ANOS

“CORREIO DO POVO”: DEPOIS DE 74 ANOS, OUTRO PADRÃO TÉCNICO DE JORNALISMO, MAS A MESMA ÉTICA JORNALÍSTICA — É o de que, numa rigorosa autotomada de consciência, podemos, com sobras de motivação, orgulhar-nos, na ufania desta data — 1.º de outubro de 1969 — em que se comemora o 74.º aniversário de fundação do jornal de Caldas Júnior e entra êle em seu 75.º ano de ininterrupta publicação. Faltando apenas um ano para se lhe completarem três quartos de século de circulação, o “Correio do Povo” vem testemunhando, para a História, desde o último lustro do século XIX até êstes agitados, confusos, mas, simultaneamente, fascinantes tempos, quando vamos entrar no derradeiro quartel do século



trumento de informação. De informação bem apanhada, imparcial e fidedigna. Mas o que, nestes volvidos 74 anos, se progrediu na técnica das comunicações, não é preciso que se diga, porque todos estão vendo que representa algo de prodigioso. Especialmente no terreno das telecomunicações e da técnica redatorial e gráfica. Porque todos o estão vendo nas próprias páginas do “Correio do Povo” e dos demais órgãos da Cia. Jornalística Caldas Júnior. Tudo dentro do lema de, escrupulosamente, bem servir aos usuários destes órgãos e à Comunidade. Se, pois, muito, e extraordinariamente, mudou; se hoje bem diverso, e imensamente mais aperfeiçoado e eficiente, é o tipo de jornalismo que apresentamos, uma coisa, no entanto, não mudou: o padrão de ética jornalística

XX, as assombrosas transformações que o progresso e a tecnologia vêm imprimindo à vida dos homens e dos povos. E que, como não podia deixar de acontecer, se refletem no campo das comunicações sociais e, em especial, no das atividades jornalísticas. A fôlha que o gênio de Caldas Júnior lançou naquele fim de 1895, numa província onde ainda não estavam cicatrizadas as feridas da Revolução de 93 e se praticava um estreito jornalismo ao sabor do entrechoque dos partidos políticos e das facções, cuidando menos de informar do que opinar e doutrinar; aquêle pequeno jornal já era, em verdade, um padrão avançado para a época. Porque, sem abdicar do direito e do dever de opinar e de defender os interesses mais altos da coletividade, era, precipuamente, um já aprimorado

que o Fundador nos legou. Numa época em que, contrastantemente, ao lado das maravilhas dos progressos tecnológicos, sombriamente, se verifica talvez até um retrocesso moral através de um surto impressionante de perfidia e violência na luta pela conquista do Poder; numa época tão nefastamente assinalada por tão torvos desentendimentos e ações no mundo inteiro, procuramos, intransigentemente, manter-nos fiéis à mesma norma de jornalismo de Caldas Júnior. De defesa dos verdadeiros interesses e aspirações populares — que não se confundem com demagogias, charlatanismos e agitações — e dos direitos e liberdades essenciais da pessoa humana sob a égide da lei e da ordem, a bem do desenvolvimento e do progresso do Brasil.

CAPÍTULO 2:

Anexo 3



COMISSÃO COLHE DEPOIMENTOS SOBRE PROBLEMAS ESTUDANTIS

O professor José Carlos Milano, ex-rector da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do Conselho Federal de Educação, compareceu ontem pela manhã à Assembleia Legislativa, depondo perante a comissão especial daquela Casa, que estuda os problemas estudantis. A comissão reuniu-se sob a presidência do deputado Brusca Neto, comparecendo os deputados Victor Facchini, Pedro Simon, Otávio Germano, Márcio Loureiro, Ari Delgado, Otávio Cardoso, Mozart Rocha, Lidovino Fanton, Hugo Mardini, Urbano Moraes e Flávio Ramos.

O deputado Ari Delgado saudou o ilustre convidado, dizendo da satisfação em ouvi-lo e da crença que todos esposavam na utilidade do depoimento que prestaria àquela Comissão Especial.

O dr. Fonseca Milano, em suas declarações, enfocou inicialmente, o que considera uma das causas mais frequentes nas agitações no meio estudantil: a falta de comunicação entre os professores e alunos. Referiu-se então, a agitação estudantil na Universidade da Califórnia, há 4 anos atrás, liderada por um pequeno grupo do corpo discente, e que conseguiu sensibilizar a maioria de seus colegas. Disse que o problema lá teve origem por terem os professores grande atividade nos laboratórios de pesquisa, sem contato com os estudantes. Aqui, continuou, o problema começa pela inexistência de tempo integral para os membros do corpo docente, verificando-se que nos cursos técnicos, em geral, os estudantes estão mais ocupados em pesquisas, não lhes sobrando muito tempo ocioso, por isso são menos agitados. Em contrapartida, o das Faculdades onde predomina a atividade em aula, a doutrinária, mostram-se mais intranquilos. Analisando o problema da Faculdade de Geologia, disse que sua origem já foi agitada, dentro do clima de reivindicações nacionalistas do país. Com respeito à Arquitetura, referiu que sua criação derivou do desmembramento das Escolas de Arte e da Engenharia, não tendo até hoje situação bem definida.

nal a intranquilidade de seus estudantes. Fonseca Milano abordou a seguir, uma classificação de estudantes universitários segundo seu comportamento e disposição de aprendizado. Classificou-os em três faixas: 1) Incontornados; 2) vocacionais e 3) acadêmicos. Os da primeira, vão à Universidade, preocupados em fazer proselitismo, de chamarem atenção para si. São em pequeno número, mas ativos. Os vocacionais têm a preocupação do diploma, pretendendo-o para exercerem atividades rendosas no futuro. Para conseguir, inclusive, alguns, usam até de processos não recomendáveis. E os acadêmicos procuram diuturnamente novos conhecimentos. Os da primeira faixa, aduziu, são, evidentemente, os mais agitados e sua atividade é intensa, sensibilizando os demais. Disse que muitas vezes suas postulações são justas, mas seu comportamento é ardiloso.

Referiu que a Universidade constitui uma unidade artificial, um aglomerado de faculdades. O que necessitam, comentou, é de uma estrutura adequada de ensino, que prescinda, inclusive, de uma tradição cultural do nosso país. Disse que a Reforma Universitária que o Brasil pretende, segundo o grupo de trabalho do Ministério de Educação entende, dá muita ênfase ao tempo integral para as atividades do corpo docente, o que não julga o bastante. Observou que o fundamental é a seleção dos professores, pois se não for assim, as Universidades terão educadores despreparados para a cátedra, sendo fundamental a ativação dos cursos superiores de pós-graduação. E indispensável, ainda, lhes sejam permitidas condições adequadas para sua missão, como laboratório de pesquisa e bibliotecas, atualizados: o que só se consegue com tempo e possibilidades materiais das Universidades.

Com respeito ao tempo integral para os estudantes, respondendo à indagação dos deputados, disse o entrevistado que, em pesquisa que realizou, verificou que a maior parte dos estudantes da Universidade Federal de Porto Alegre tem possibilidades de exercitá-lo.

Quanto à observação dos deputados à vitalidade da cátedra, disse que em si não é problema maior, o que encara como grave é a inamovibilidade do catedrático. Comentou que nos Estados Unidos, o método utilizado com respeito à cátedra, é o sistema dos departamentos, que é coletivo, e no qual, seus membros devem participar, enquanto seu valor é manifesto. Defendeu, pois, o sistema do comando coletivo.

A reunião prosseguiu, quando o entrevistado teve a oportunidade de responder uma série de indagações dos deputados.

DEPOIMENTO DE ESTUDANTE

O depoimento do estudante Adalberto Pascoaloto, presidente do DEE, prestado perante a comissão especial da Assembleia Legislativa, teve a duração de três horas. O líder estudantil abordou o problema, segundo a perspectiva de sua entidade, que congrega os estudantes de grau superior, na UFRGS. Foi o depoimento baseado, em grande parte, no relatório do III Seminário Gaúcho de Reforma U-

niversitária. Esse documento examina o funcionamento da Universidade, dentro do atual sistema de ensino brasileiro. Para o líder estudantil, a situação atual apresenta diversas falhas, entendendo, inclusive, que existem cursos universitários que deveriam ser ministrados antes da Faculdade. Isso diminuiria o acesso à Universidade no Brasil e capacitaria os estudantes a exercer uma mão de obra especializada, sem necessidade de passar pelo vestibular. E uma questão abordada naquele relatório é que o depoente deseja ser a última palavra em termos de espírito do estudante.

Também para o estudante Pascoaloto o nível de ensino do curso superior baixou e, entre as causas, incluiu a baixa remuneração do magistério. Havendo um desinteresse por parte dos mestres, baixa o nível do ensino, por via de consequência.

A questão do acordo Mec-U-said foi também discutida pelo líder estudantil, que expressou, por outro lado, sua confiança no órgão criado para a reforma universitária no Brasil.

Também um longo debate foi travado entre o estudante e os membros da comissão, para análise das questões levantadas no seu depoimento.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

BRASILIA, 14 (C.P.) — O prof. Deolindo Couto foi exonerado das funções de membro do Conselho Federal de Educação e nomeado membro do Conselho Federal de Cultura. Para substituí-lo foi nomeado para o Conselho Federal de Educação João Paulino Reis Veloso.

Palestra de D. Ivo Lorscheiter sobre a "Humanae Vitae"

Com uma palestra do bispo-auxiliar de Porto Alegre, Dom Ivo Lorscheiter, sobre a Encíclica "Humanae Vitae", será iniciada hoje à noite, às 20h30min, na sala 333 do Colégio Rosário (antiga PUC), uma série de conferências e debates sobre temas religiosos de atualidade.

"Debate às Quintas", como se denomina esta promoção, é uma iniciativa do Secretariado Regional da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), que conta com a especial colaboração do Instituto de Ciências Religiosas da Conferência dos Religiosos do Brasil. Irá constituir um fórum permanente de diálogo sobre questões religiosas do momento, aberto aos interessados em geral. Será realizado semanalmente no mesmo local, prolongando-se das 20.30 às 22 horas.

AULAS
MATEMÁTICA
AULAS DE GINÁSIO — INDIVIDUAIS —
Benjamin Constant, 1111
Apt. 20

Eleições no DCE da PUC

recebemos ontem: Porto Alegre, 14 de agosto de 1968. — Sr. Diretor do "Correio Povo".

Visando a um maior esclarecimento por parte dos acadêmicos e nossa Universidade, elaboramos um manifesto no qual expomos nosso modo de pensar em relação às eleições que serão levadas a efeito em nosso "campus" nos dias 22 e 30 do corrente, de acordo com as instruções baixadas pelo Conselho Deliberativo da PUC.

Assim, solicitamos nos seja dado a divulgação do anexo que ora lhe enviamos: "Esclarecimentos sobre as eleições para o DCE-PUC".

Agradecendo o atendimento a esse pedido, enviamos ao mesmo tempo as nossas mais cordiais saudações universitárias.

Dr. Carlos Alberto Negreiros, secretário geral.

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS ELEIÇÕES PARA O DCE-PUC — O Diretório Central de Estudantes, entidade máxima de representação dos estudantes da PUC, visando a maior esclarecimento dos alunos e sobre processo de eleições para o Executivo e o De-

legado e este elege o presidente do DCE. Dessa forma haverá consciência de que elegendos determinados delegados, este elegerá tal presidente para o DCE.

O PODER DE INFLUIR E DE OÍDR FOI DEVOLVIDO ao estudante. Estaremos agora evitando eleições VICIADAS e decididas "atrás do pano". Também estarão satisfeitas as exigências da Lei, uma vez que as eleições serão através dos delegados — que já foram eleitos diretamente e soberanamente pela base — permitindo com isso auxílios financeiros do MEC e representatividade legal.

Foi uma conquista parcial que obtivemos e que não cabe contentação, sendo daqueles que queremos elitizar as nossas eleições, procurando salar as urnas e a manifestação consciente de nossa classe.

Esperamos com isso ter concorrido honestamente para a solução e defesa de nossos ideais, reconhecendo que temos ainda muitas lutas a enfrentar para que se normalize a vida democrática em nossas Universidades.

O EXECUTIVO DO DCE.

o, na
noção
reio:
A se-
ua del
der.)

L
S

ca
o r-
do
do
de

16 — NOTICIÁRIO

QUINTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1968

GUERRA DOS ESTUDANTES NA CAPITAL DA PAZ

Terminadas as escaramuças que os estudantes e os policiais mantiveram nas ruas de Paris, os ruídos próprios da grande cidade que voltou à sua rotina ficam monótonos e deixam de ser ouvidos, como se tivessem sido engolfados em um estranho silêncio, cheio de interrogações. Os estudantes conquistaram o atendimento de parte de suas reivindicações, obtendo a reforma do ensino universitário. Porém, como a vitória foi alcançada no bojo de um movimento desta natureza, cabe perguntar se não abriu outros rumos, cujas conseqüências ainda não podem ser devidamente dimensionadas pela sua contemporaneidade. Não cabe aqui um paralelo com a Revolução Francesa, que marcou a ascensão da classe média ao poder e abriu os caminhos para a democracia como o sistema político eletivo das grandes nações da Terra. O sentido daquele movimento era outro, os seus motivos e raízes bem diversas. E também os tempos eram outros, não deixando, como agora, um registro como esse que Flávio Alcaraz Gomes colheu para a Cia. Jornalista Caldas Júnior e para a Rádio Guaíba, através dos milagres da fotografia e da

eletrônica. Daqui a muitos anos, se essa rebelião de estudantes cristalizar-se como o marco de alguma profunda alteração dos sistemas sociais, esta documentação servirá para mostrar que, atrás do tom épico e poético das narrativas históricas, esconde-se a face nua e crua da verdade. Verdade que um repórter gaúcho colheu de microfone em punho, e que é constituída dos paralelepípedos arrancados da pavimentação para se transformarem em barricadas, dos escudos com os quais os agentes da segurança procuravam proteger-se das pedras que lhes eram atiradas pelos estudantes raivosos, da ruachalhada de veículos tombados e danificados, incendiados alguns deles, e também por jovens amedrontados, que protegiam suas cabeças dos cassetes policiais, depois de uma turbulência onde foram agentes impelidos por um entusiasmo muito próprio da idade, mas, ao mesmo tempo, pacientes, ao servirem de instrumentos a agitadores políticos que tinham outras intenções e que agiam alienadamente para deflagrar uma pequena guerra, enquanto na primavera de Paris começava-se a gestonar por uma grande paz.

CAPÍTULO 3:

Anexo 5

OS MILITARES E O ENSINO NO PAÍS

MINISTRO DIZ QUE A DISCRIMINAÇÃO É DE TODO INJUSTA E ATÉ RIDÍCULA

Desde que chegou a Porto Alegre, no dia de ontem, o ministro Tarso Dutra está despatchando na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e prestou a seguinte declaração aos jornalistas, sobre a comissão especial recentemente nomeada pelo presidente Costa e Silva, para estudar as atividades estudantis no País:

"A Comissão designada pelo Presidente da República, com o meu referendo, é constituída de homens do mais alto gabarito moral e intelectual. Um deles, é o Diretor da CASES que, no Ministério da Educação e Cultura, superintende as atividades estudantis. Trata-se de profundo conhecedor do problema, com acentuada inclinação humana e justa no trato com os jovens estudantes. Há quem levante restrições a outros membros, por serem militares. Ai é que está a impropriedade de apreciação. Não é a indumentária que marca a qualidade dos padrões humanos. Militar ou civil, é sempre brasileiro, com idênticos direitos e as mesmas franquias. Quem quiser discriminar, no caso, estará assumindo posição condenável do ponto de vista jurídico e civico.

No Congresso Nacional, há vários militares que pertencem às comissões técnicas e, neias, assistem todo o trabalho de elaboração legislativa.

Por que entender que o Governo não pode fazer o mesmo, aproveitando a capacidade intelectual e a experiência de conecidadãos nossos, de grande valor, para o estudo de projetos e soluções, que serão, após, encaminhadas à consideração, inclusive, do próprio Congresso Nacional?

Há aí um manifesto espírito oposicionista que em tudo procura atingir o Governo e desviá-lo dos seus caminhos, na obra de reconstrução que realiza.

Dentro em breve, estarão querendo distinguir, também, entre homens e mulheres, brancos e pretos, sacerdotes e leigos.

Conto com vários militares a serviço do Ministério que dirijo. Tenho recebido de todos a mais valiosa colaboração, nos planos educacional e cultural.

A discriminação que ora se faz é de todo injusta e até ridícula".

DISPENSA DE ASSESSOR

Pouco depois de desembarcar na capital gaúcha, o ministro Tarso Dutra decidiu dispensar seu assessor de imprensa, jornalista Cecílio Pereira. O ofício comunicando a decisão foi entregue ao referido profissional por um dos auxiliares diretos do ministro da Educação.

Fonte ligada ao sr. Tarso Dutra informou desconhecer as razões da dispensa, mas acrescentou que o titular da Pasta da Educação, no ofício, agradece a colaboração recebida daquele jornalista.

ESPERADO EM PASSO FUNDO

PASSO FUNDO, 5 (Do correspondente) — Está sendo esperado a 8 do corrente nesta cidade o ministro da Educação e Cultura, sr. Tarso Dutra, que manterá contato com os setores do Ensino e com autoridades locais, devendo retornar no dia seguinte, terça-feira.

O ministro Tarso Dutra chegará às 9 horas, via aérea, devendo ser recepcionado no aeroporto pelo mundo civil e autoridades militares, deslocando-se a seguir para a Praça Prof. Tochetto, onde receberá as homenagens de estilo, do 1.º Esquadrão do 29.º RC e do 2.º BP da Brigada Militar.

As 10 h, o titular da Pasta da Educação participará de uma reunião com o Conselho da Fundação da Universidade de Passo Fundo, que contará com a presença das autoridades do município.

INAUGURAÇÃO

Ainda no período da manhã, às 11 h, o ministro inaugurará o Grupo Escolar Antônio Xavier, presidindo às 13.30 horas o lançamento da pedra fundamental da segunda etapa do Ginásio Estadual Cecy Leite Costa. Cumprindo o programa oficial, o sr. Tarso Dutra comparecerá, logo após, às Faculdades de Passo Fundo, e às 19 h proferirá palestra sobre questões do Ensino, na Faculdade de Filosofia.

As 20h30m as autoridades e classes produtoras oferecerão, no Turis Hotel, ao ministro e comitiva, um banquete, que encerrará a programação. O sr. Tarso Dutra permanecerá na cidade, regressando no dia seguinte, às 9 h.

CP nº. 79 - 06.01.1968

Anexo 6:

ALERTA DO MINISTRO DA JUSTIÇA

GOVERNADOR AFIRMA QUE NÃO PERMITIRÁ QUEBRA DA ORDEM

O governador Peracchi Barcellos recebeu ontem o seguinte telegrama do ministro Gama e Silva, da Justiça.

"Conforme deve ser do conhecimento de V. Exa. e vem sendo divulgado pela imprensa, preparam-se para amanhã (hoje) manifestações de rua que se anunciam como promovidas por estudantes brasileiros, profundamente chocados com a trágica e sentida morte de um seu colega.

Contudo, as autoridades federais estão seguramente informadas de que conhecidos agitadores políticos suspeitos, pessoas justamente punidas pela Revolução e comunistas notórios, estão se aproveitando dessa situação e pretendem orientar as manifestações estudantis com o objetivo de atingir as autoridades constituídas, provocar alteração da ordem de atender contra o patrimônio público e particular e o regime democrático.

De outro lado, adversários do atual governo, inconformados com o regime no País e que é de liberdade, de respeito e de dignidade da pessoa humana e da verdadeira justiça social, a pretexto de se solidarizarem com os estudantes, querem apenas tirar vantagens políticas, a custo do ideal da juventude.

Fazendo essa comunicação a V. Exa. solicito as suas providências para que dela dê ciência à população desse Estado, prevenindo-a contra fatos que possam vir a acontecer ante as provocações das

queles indivíduos e assim procure o Governo de V. Exa. assegurar a tranquilidade e o trabalho pacífico da população, evitando manifestações que possam provocar a perturbação da ordem. Recomento, também, a V. Exa. que adote todas as medidas preventivas necessárias para impedir a participação ou infiltração daqueles elementos, estando o Governo Federal decidido a manter e a preservar a qualquer custo a ordem e a segurança internas, como é de seu dever constitucional e exigem os superiores interesses e a desejada paz do povo brasileiro. Cordiais Saudações. Luis Antonio Gama e Silva".

PENSAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Manifestando-se de acordo com o pensamento traduzido pelos ministros do Exército e da Marinha, o titular da Aeronáutica, Marechal do Ar Márcio de Souza Mello, transmitiu em rádio a todos os grandes comandos da FAB, a seguinte mensagem:

"Determino a V. Exa. estar atento e providenciar de acordo com as circunstâncias e a esclarecer a todos os escalões comandos, que o Governo tem conhecimento inequívoco da existência de um plano subversivo, de orientação comunista buscando perturbar a ordem, escudado na exaltação ardorosa da classe estudantil, cujo sacrifício não hesitam em explorar, promovendo inicialmente passeatas e manifestações de provocação em todas as Capitais. O Governo está firmemente decidido a assegurar a paz destruída pela família Brasileira e a manter a ordem que tem permitido o profícuo trabalho das classes produtoras. Conta com a compreensão dos srs. Governadores, com os quais o Senhor

(Continua na 19.ª pág.)

Missão inglesa vem observar carne no RGS

É esperada hoje em Porto Alegre a missão comercial britânica, que veio ao Brasil a convite do Itamarati, e que viaja ao Rio Grande do Sul para examinar futura compra de carne de nosso Estado pela Inglaterra.

Os integrantes da missão, srs. Beynon, Mac Rae, Henderson e Ewart, visitarão hoje a Unidade de Controle de Vacina Antistafetosa do Ministério da Agricultura, em Ponta Grossa, no município de Porto Alegre.

Amanhã, os emissários ingleses, em companhia de técnicos da Secretaria da Agricultura do Estado, seguirão para o interior gaúcho, onde visitarão fazendas pecuaristas e frigoríficos da Campanha. De lá, seguirão para o Uruguai.

PALAVRA DO GOVERNADOR

A propósito do telegrama, disse o sr. Peracchi Barcellos: Ao levar ao conhecimento da ordeira população da Capital e de todo o Estado o teor da comunicação acima, cumpre ao Governador informar que se acha perfeitamente aparelhado para assegurar a ordem e preservar a tranquilidade. Não espera nem deseja o Governador do Estado ter de reprimir qualquer ato de agitação, mas não permitirá, em hipótese alguma, a ação dos elementos que se aproveitam da

CP nº.151 - 02.04.1968 p22 contra-capa

Anexo 7:

CRÔNICA POLICIAL

DOPS DETERMINA DETENÇÃO DE ESTUDANTES EM CAXIAS DO SUL

Por determinação do Departamento de Ordem Política e Social, foram detidos sexta-feira à noite e conduzidos para esta Capital os estudantes Antônio Vargas Lima, José Régis de Carvalho Prestes e Almir Zago, todos acadêmicos de direito na cidade de Caxias do Sul, e mais o advogado Pedro Lima Vargas, também residente naquela cidade.

Os detidos, na tarde de ontem estavam sendo ouvidos no Cartório do DOPS, cujas autoridades estudam a possibilidade de enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional.

ANTECEDENTES DO FATO

No início do período letivo em Caxias do Sul, o Centro Acadêmico Affonso Oeiso, por seu presidente e secretário, expediu uma circular aos calouros, saudando-

so por seu ingresso na Faculdade, ao mesmo tempo em que colocava-os a par da posição política do CAAC, de frontal oposição ao governo e à revolução de 1964. Alguns professores, agastados com o fato, resolveram convocar a Congregação da Faculdade, órgão diretivo, para estudar a possibilidade de intervenção no aludido Centro Acadêmico.

Isto fez com que os líderes de esquerda passassem a "aconselhar" os mestres a não comparecer à reunião, fazendo, inclusive, ameaças veladas sobre a segurança pessoal e de familiares dos professores. Quando o caso atingiu esse ponto, o diretor da Faculdade, professor Mário Ramos, deu conhecimento às autoridades policiais, que, imediatamente, o comunicaram ao DOPS. Esse órgão solicitou aos policiais caxienses que detivesse os principais responsáveis e os encaminhasse para esta Capital, o que realmente foi feito.

O FORUM DE DEBATES

O Diretório do Centro Acadêmico havia convocado um Fórum de Debates a realizar-se em Caxias do Sul, com a presença dos deputados Euclides Triches e Na-

dir Rossetti, ambos da Câmara Federal. Ontem à noite, quando seria iniciado o Fórum, o deputado Triches, alegando motivo de força maior não compareceu, sendo representado pelo professor Remo Marcuzzi. Os trabalhos se realizaram na mais perfeita ordem e nada tem a ver com a detenção dos estudantes.

O cochilo do Vigário

Eldes J. Schenini Mesquita

Nunca um sono foi tão benéfico como aquele do pároco da Igreja São Geraldo, a quem não temos a honra de conhecer, mas que se tornou credor de nosso apreço e do apreço de muita gente mais, especialmente da Polícia e dos familiares do comerciante português Abílio Simões.

Graças a Deus que o bom vigário estava tirando o seu cochilozinho, em razão do qual Idalino Bassani não foi por ele atendido.

O cochilo do padre contrastava com o pesadelo indormido que devia estar atormentando Idalino, ele que precisava desabafar o hediondo crime.

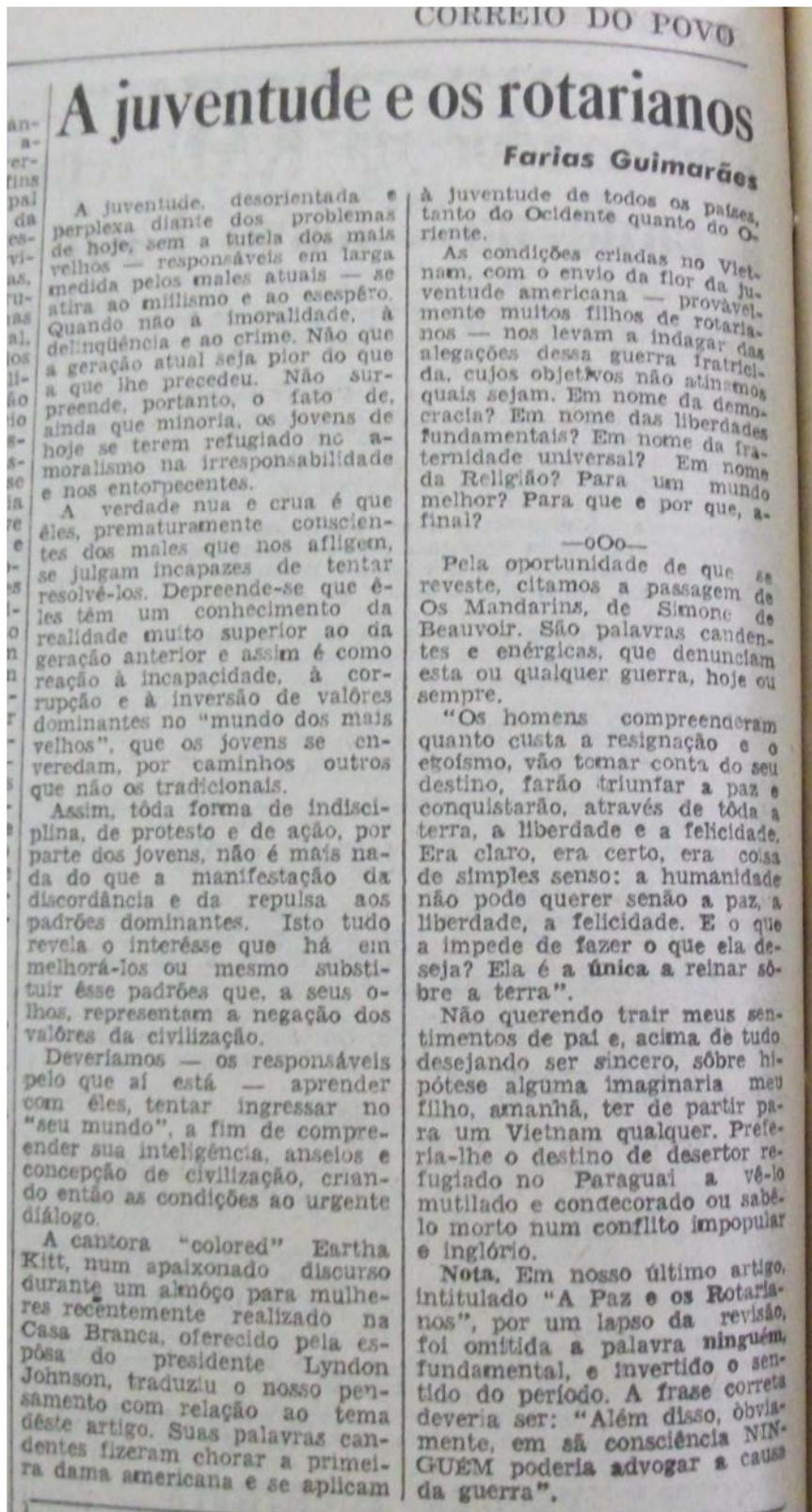
Idalino Bassani, homem de boa formação, católico por indole, praticante indefectível, tendo cometido, a ser verdadeira sua confissão, um crime tão cruel, tão arquitetado, tão bem disfarçado, não poderia manter na consciência, por tempo indefinido, um peso tão grande. Isto o devia estar martirizando. E que ele, inexperiente nas simulações, já havia superado, nos diversos dias em que o segredo perdurou, todas as resistências possíveis e imagináveis e por isso tinha necessidade urgente em contar a alguém.

Os criminosos, via-de-regra, têm sempre alguém, um amigo, uma mulher, às vezes um filho, até mesmo um sócio, com quem desabafam suas mágoas, rancores e segredos. Idalino só tinha religiosos, de prática e de vida, na sua família. Seus amigos, em Nova Bassano, tão crentes estavam não só de sua abecchia e moral de que ti-

mas da impossibilidade material e arriscar um alie-

CP nº. 144 - 24.03.1968 p5

Anexo 8:



Anexo 9:

minhas opiniões pessoais, lou-

Tarso Diz Que Sob Pressão Não Resolve Problema da URGS

O ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, declarou ontem que tanto o MEC, como o governo federal, não tem se furinado ao diálogo com os estudantes, tendo responsabilizado um pequeno número deles pelos acontecimentos ocorridos nos últimos dias em vários pontos do país.

Estas afirmações foram feitas pelo sr. Tarso Dutra, por ocasião de entrevista coletiva que concedeu ontem pela manhã, na sede da Associação Riograndense de Imprensa.

O ministro encorreu na oportunidade sua programação oficial no Estado, e hoje, às 16h, viajará de regresso ao Rio de Janeiro.

AGITAÇÃO ESTUDANTIL

O titular do MEC notou que problemas com estudantes ocorrem em toda a parte — Tcheco-Eslôvaquia, Polónia, Espanha, Estados Unidos, etc. — não sendo, portanto, algo de próprio do Brasil. Frisou, entretanto, que apenas uma minoria é realmente subversiva, conduzindo os demais e usando, para tanto, de motivos que sempre sensibilizam. Qual o estudante que não faz greve, a fim de não precisar assistir aula? Qual o estudante

que não fica motivado para campanhas por refeições praticamente gratuitas, contra a nudez, etc?

O Ministério da Educação — continuou o sr. Tarso Dutra — não tem qualquer responsabilidade pelos últimos acontecimentos. Tudo começou no Rio de Janeiro, no Restaurante do Calabouço, no qual o MEC não tem a mínima ingerência. Pertencia ao SAPS e passou, posteriormente, à COBAL. O prédio era de propriedade do Estado da Guanabara. O Ministério, apenas por espírito de colaboração, resolveu, no ano passado, dar um auxílio de 500 mil cruzeiros novos a este Restaurante.

Interrogado acerca das vinculações dos acontecimentos da área estudantil, com a portaria que proibiu as atividades da Frente Ampla, o sr. Tarso Dutra pediu para não responder, pois a questão não está relacionada com sua área de trabalho.

FALTA DE VERBAS NA URGS

Acérea da greve na Faculdade de Medicina e da nota que os estudantes divulgaram, dizendo de sua determinação de continuar o movimento, o

sr. Tarso Dutra disse e considerou esta atitude "quase como uma insolência: ou é resultado de uma desinformação ou de má fé".

"Há três dias — continuou — os estudantes me procuraram, acompanhados por professores, sendo que o assunto foi plena e definitivamente resolvido. Ora, o acórdão não pode ser cumprido em três dias, ainda mais que estou longe do Ministério. Ou há alguém dirigindo os estudantes, ou estão eles mal situados ou pouco esclarecidos de como se processam os serviços de um Ministério".

Interrogado acerca dos termos do referido acórdão, disse o ministro que o que foi proposto pelo diretor da Faculdade de Medicina, foi atendido; a decisão deve sair em poucos dias.

Frisou, porém, com ênfase, que se os estudantes continuarem com a mesma atitude, não cumprindo sua parte no acórdão, será obrigado a retirar seu apoio, pois "não tenho medo, de ninguém" e "sob pressão não resolve nada".

Criticou ainda os estudantes, por afirmarem que há corte de verbas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Nenhuma verba, até o presente momento, foi cortada de alguma Universidade brasileira", disse, esclarecendo que na verdade o que ocorre é que há um programa do governo para aplicar a referida verba. Cabe ao Ministério da Fazenda estabelecer as quotas a entregar aos Ministérios e às Universidades, havendo nisso não propriamente um atraso, mas uma demora natural. Contudo, antes da decisão do Ministério da Fazenda, os reitores não podem fazer o empenho das despesas.

Quanto às verbas para a Faculdade de Medicina da URGS, esclareceu que, para solucionar as dificuldades, enviaria verbas próprias do Ministério da Educação. A concretização disto, no entanto, poderá não ocorrer, tudo dependendo da atitude dos universitários.

Lamentou o ministro que os estudantes só falem em corte de verbas, em vez de elogiarem, por exemplo, as medidas tomadas a fim de por em funcionamento o Hospital de Clínicas. Criticou, da mesma forma, campanhas estudantis, como as contrárias aos Acórdãos MEC-USAID. "Falam contra eles — disse — não conhecem seus termos e também não criticam os Acórdãos similares concluídos com países comunistas".

Observou também o sr. Tarso Dutra que, em vez de corte de verbas, o que existe é um aumento de verbas para as Universidades, na ordem de ... 46,7%, tendo inclusive conseguido um empréstimo do BID de 35 milhões de dólares e ainda verbas na ordem de 144 milhões de cruzeiros novos.

BALANÇO DE CINCO DIAS

Fazendo um balanço de sua atividade no Rio Grande do Sul, durante a permanência no Estado do presidente da República, afirmou o sr. Tarso Dutra acreditar que o MEC foi dos setores mais afirmativos do governo federal durante sua permanência de cinco dias no Rio Grande. Foram assinados convenios com as mais diversas áreas do ensino, sendo encaminhados ao chefe do governo diversos atos cuja importância não são avaliáveis de imediato.

"Nunca houve, em nenhum período da história do Brasil, algo no gênero: providências de tantos problemas, tomadas em tão pouco tempo", concluiu o sr. Tarso Dutra.

Estado Começa Amanhã Com Leilão - Venda de Sua Frota de Veículos

O Governo do Estado iniciará amanhã a redução de sua frota de veículos, realisan-

O leilão de amanhã, que será iniciado às 9 horas, a cargo do leiloeiro oficial Dario

Anexo 10:

O FUTURO AMEAÇA O PRESENTE



Nos dias violentos de maio, os jovens, armados com as bandeiras da revolução e do anarquismo, ameaçaram a ordem do presente em nome de seus dias futuros. Como no deserto torrido do Sinai ou na selva úmida do Vietnam,

Flávio Alcaraz Gomes viu a fúria jovem nas ruas primaverais de Paris. Agora você pode ver os dias rebeldes do maio francês nas páginas de

A REBELIÃO DOS JOVENS
Um lançamento da Editora Globo



CP273-25.08.1968 p.11